

AGRICULTURA

EM SÃO PAULO

DIVISÃO DE ECONOMIA RURAL

SUMÁRIO

FUNDAMENTOS DE UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA	1
CRÉDITO COOPERATIVO RURAL DO ESTADO DE SÃO PAULO	15
PREÇOS MÍNIMOS PARA A SAFRA 1967/68 ...	49

ANJA

ANO XIV
N.os 3 e 4
MARÇO e
ABRIL
1967

DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL
SECRETARIA DA AGRICULTURA
ESTADO DE SÃO PAULO
BRASIL

"AGRICULTURA EM SÃO PAULO"

Boletim da Divisão de Economia Rural

Rua Anchieta, 41 — 10.º andar — Caixa Postal, 8083

São Paulo — Brasil

DIVISÃO DE ECONOMIA RURAL

DIRETOR: Eng.º Agr.º RUBENS ARAÚJO DIAS

S E C Ç Õ E S

Política da Produção Agrícola

Eng.º Agr.º Constantino C. Fraga - Chefe
Eng.º Agr.º Ramon Moreira Garcia
Socióloga Anna Perina R. de Arruda
Sociólogo Ana Elisa de P. Brito

Análise de Mercados e Preços

Eng.º Agr.º Mauro de S. Barros - Chefe
Eng.º Agr.º Luiz do Rego Monteiro
Eng.º Agr.º Everton Ramos de Lins
Eng.º Agr.º Natanael M. dos Anjos *
Eng.º Agr.º Flávio Condé de Carvalho
Eng.º Agr.º Domingos Desgualdo Netto
Eng.º Agr.º Jubert Sanches Cibantos *
Eng.º Agr.º Arlindo Borba Oliveira

Comercialização

Eng.º Agr.º Pérsio de C. Junqueira - Chefe
Eng.º Agr.º Antonio Ambrósio Amaro
Eng.º Agr.º Sérgio Alberto Brandt *

Serviço de Informações de Mercado

Eng.º Agr.º Paulo D. Criscuolo - Chefe

Organizações de Empresas Agrícolas

Eng.º Agr.º O.J. Thomazini Ettore-Chefe
Eng.º Agr.º Paul Frans Bemelmans
Eng.º Agr.º Luiz Matteu Pellegrini

Análise de Custo e Rendas Agrícolas

Eng.º Agr.º Antônio A.B. Junqueira-Chefe
Eng.º Agr.º Cyro Okamoto
Eng.º Agr.º Caio Takagaki Yamaguishi *

Levantamentos Econômicos

Eng.º Agr.º Salomão Schattan - Chefe
Eng.º Agr.º Milton Nogueira de Camargo
Eng.º Agr.º M. Lourdes do Canto Arruda
Eng.º Agr.º João Carlos V. Vianna Netto

Previsão de Safras e Cadastro

Eng.º Agr.º Fernando S. Gomes Jr.-Chefe
Eng.º Agr.º Luiz Henrique de O. Piva *
Eng.º Agr.º M. J. Martins Falcão

Setor de Análise de Mercados de Produtos Animais

Eng.º Agr.º Ismar F. Pereira - Chefe

Colaboradores Especiais

Prof. J. Robert Tompkin, Ph.D.

Harry Greenbaum, Ph.D.

* Ausentes frequentando cursos de pós-graduação

DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL

Diretor Geral: — Eng.º Agr.º José Calil

SECRETARIA DA AGRICULTURA
DO
ESTADO DE SÃO PAULO

FUNDAMENTOS DE UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA (1)

Rubens Araújo Dias

1 — INTRODUÇÃO

Vem-se verificando neste último decênio um maior interesse pelos problemas do desenvolvimento econômico, tanto por parte dos poderes públicos como também pelas nossas instituições de pesquisa e estudiosos em geral. Nos últimos governos que ocuparam o poder central, já constitui uma rotina a elaboração de planos de desenvolvimento, prática essa que já vem sendo igualmente seguida em vários dos Estados da Federação. E essa maior preocupação e interesse por esse tipo de planejamento, vem forçando o levantamento mais generalizado de informações estatísticas e de conhecimentos que são indispensáveis a um mais adequado equacionamento da evolução e situação existente. E paralelamente aumentam os estudos e análises procedidas sobre a transformação que se vem verificando em nossa economia.

O contínuo estudo e apreciação desses problemas tornam possível

um constante aprimoramento nos planejamentos realizados e tanto no caso do governo federal como nos de alguns Estados, São Paulo é um exemplo, nota-se que os mais recentes trabalhos se distanciam significativamente na qualidade em relação aos elaborados anos atrás.

Essa afirmação, no entanto, não é inteiramente procedente no caso das análises feitas sobre o setor agrícola. Nota-se ainda dificuldades grandes mesmo na avaliação da evolução verificada e no diagnóstico da situação existente.

Em consequência, as metas não são bem determinadas e as linhas de política sugeridas não são as mais adequadas. As próprias características da produção agrícola, a imensa diferenciação existente no grau de evolução entre as várias regiões do País e mesmo dentro de uma região geoeconômica, complicam grandemente a conceituação desse problema.

Ocorre ainda que os planejadores têm, de modo geral, uma ten-

(1) Trabalho apresentado na V.^a Reunião da Sociedade Brasileira de Economistas Rurais, Rio de Janeiro, Fev. de 1967.

dência para não dar o devido valor ao papel da agricultura no processo de desenvolvimento, se concentrado na programação dos outros setores.

E em vista disso, a agricultura, importante setor de nossa economia, responsável ainda por cerca de 30% da renda interna do país, atividade a que se dedica mais da metade da nossa população, não vem sendo beneficiada por uma política que induza esse setor a atingir uma maior taxa de desenvolvimento, ou seja, que eleve a rend agrícola a níveis mais compatíveis e que torne possível aos agricultores um mais alto padrão de vida.

Cabe ainda frisar que se o setor agrícola não realizar plenamente suas funções, todo o processo global de desenvolvimento será afetado ou mesmo retardado, causando pois reflexos prejudiciais a todo o sistema econômico.

2 — PAPEL DA AGRICULTURA NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Tradicionalmente, quando o país se encontra num baixo estágio de desenvolvimento, isto é, quando a renda per capita é baixa, grande parte de sua população está intimamente ligada ao setor agrícola e esse setor contribui com grande parcela na formação da renda interna.

Nesse caso, o setor agrícola, de um modo geral, repousa numa agricultura de subsistência, com o uso de baixo nível de técnica e pequeno emprêgo de capital. A utilização de fatores adquiridos fora do setor é praticamente inexistente. A procura de

produtos agrícolas pela população urbana é relativamente pequena e atendida, de modo geral, pela venda dos excedentes não consumidos nas unidades produtoras. Mesmo para estágio como o descrito, em áreas de terras férteis ou onde se aplicasse tecnologia mais avançada, haveria normalmente liberação de mão de obra e de outros recursos, propiciando a formação de capitais que são empregados em setores não agrícolas em atividades que estão sendo requeridas.

Pela exposição feita, pode-se, em resumo, distinguir duas funções básicas do setor agrícola no processo de desenvolvimento econômico:

- 1) produção de alimentos e matérias-primas para atender às exigências do consumo interno e externo e
- 2) fornecimento de recursos adicionais para si e para os demais setores da economia.

Com o crescimento natural da população, há incrementos constantes na demanda por produtos agrícolas. A esse respeito, ressalte-se que nos países em desenvolvimento a taxa de crescimento da população, é em geral elevada, mesmo porque com o aumento da assistência médica e sanitária facilitada pela maior urbanização, há sensível redução nos índices de mortalidade, principalmente na infantil.

Além disso, com o crescimento da renda verifica-se, paralelamente, aumento na demanda, determinada pelo maior poder de compra da população, o que no caso dos países em desenvolvimento, com alta elasticidade-renda, atua igual-

mente no sentido de se requerer da agricultura progressos bem acentuados. Outro fator a ser considerado é a mudança que deve ocorrer no volume de produção que entra no processo de comercialização, pois com o aumento da taxa de urbanização, volumes crescentes têm que ser encaminhados aos mercados. Nêsse mesmo sentido, verificam-se também alterações na composição dos itens requeridos, com a criação de novos hábitos alimentares de uma população citadina e de maior poder de compra.

O não atendimento pela agricultura dessas exigências do mercado consumidor, pode pois gerar problemas de abastecimento, pela insatisfatória disponibilidade de alimentos a preços considerados altos pelos consumidores.

A deficiente estrutura do sistema de comercialização e a característica de inelasticidade dos preços dos alimentos básicos, fazendo com que pequenas diferenças nas quantidades entregues ao mercado provoquem nítidas variações nos preços dos produtos, ainda contribuem para a maior complexidade dêsse problema, agravando ainda mais os reflexos negativos de mesmo uma eventual incapacidade da agricultura em atender a demanda do mercado interno. Os reflexos decorrentes dessa situação, como a insatisfação criada, principalmente entre as classes menos favorecidas, a pressão por maiores salários, a diminuição na renda disponível para a aquisição de bens e serviços oriundos de outros setores, constituem-se como obstáculos a qualquer processo de desenvolvimento econômico.

Outro aspecto a considerar, é que uma parcela importante da

produção agrícola deve ser dirigida à exportação, pois além de alargar dêsse modo o mercado para seus produtos, com o consequente aumento de ingressos, está a agricultura perfazendo a vital função de propiciar divisas que são indispensáveis à compra de matérias-primas e equipamentos não produzidos internamente e que são essenciais ao processo de desenvolvimento.

Conforme foi apontado, outro importante papel da agricultura é o *fornecimento de recursos adicionais* necessários à evolução dos outros setores. Com a transformação da agricultura em setor mais produtivo, pela intensificação no uso de recursos e pelo uso de tecnologia mais avançada, ou quando condições favoráveis de mercado favorecem uma rápida expansão de algum setor específico, ocorrem incrementos nas transferências de recursos da agricultura para os outros setores econômicos. Isso acontece com a mão de obra que é liberada pela agricultura e que encontra emprego em atividades urbanas que se encontram em fase de desenvolvimento e com recursos financeiros, cuja transferência pode ser realizada por diferentes processos: taxação, formação de capitais para aplicação direta, mecanismo cambial etc.

É evidente que parte dêsses recursos adicionais é utilizada na própria agricultura, que em sua evolução requer a aplicação de capitais crescentes necessários ao uso mais intenso de fatores. E igualmente, com êsse tipo de transformação, parte desses recursos é igualmente utilizada na melhoria das condições de vida da população rural.

Uma questão que surge é a respeito de como a agricultura pode atingir esses objetivos. O simples aumento da área utilizada e da mão de obra necessária dentro de uma mesma tecnologia rudimentar pode levar a agricultura a conseguir produções crescentes, desde que os recursos acima sejam disponíveis. Mas com essa solução não se consegue atingir os outros objetivos de forma mais desejável e mais duradoura, uma vez que tão logo a fertilidade das novas terras postas em uso comece a cair, há sensível queda no rendimento agrícola e na produtividade dos fatores empregados.

Outro meio seria através da aplicação de tecnologia mais avançada, com o emprêgo de mais capital, utilizando-se fatores novos, como sementes selecionadas, fertilizantes, inseticidas, máquinas etc. Só assim conseguir-se-á obter maiores produções com uma mesma aplicação dos fatores usados tradicionalmente — terra e mão-de-obra —, ou mesmo com reduções em seu emprego.

Ou mesmo se pode obter maiores produções apenas pela combinação mais aconselhável dos fatores disponíveis, ocorrendo portanto aumento na produtividade

do uso desses fatores. De qualquer modo, teríamos um incremento na produtividade por agricultor, e portanto, haveria ganho econômico que tornaria possível propiciar um melhor bem estar da população rural que estaria assim mais presente no mercado para produtos oriundos dos outros setores econômicos com o aumento de seu poder de compra. Igualmente possível, seria também, a liberação de mão de obra e outros recursos.

3 — COMPORTAMENTO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

Uma análise da recente evolução da agricultura brasileira seria de interesse para se julgar de como o nosso setor agrícola vem perfazendo as suas funções, ou, em outras palavras, se vem se constituindo em um setor que retarda ou favorece o desenvolvimento global de nossa economia. Infelizmente, as informações estatísticas sobre os volumes e preços obtidos, uso de fatores e conhecimentos mais aprofundados sobre a produtividade desses fatores, são ainda bastante precárias, o que torna bastante difícil

QUADRO 1. — Taxas Anuais de Crescimento da Produção Agrícola Brasileira — Consumo Interno (Porcentagem)

Regiões	1950/60	1950/55	1955/60
Nordeste	4,88	4,57	5,17
Centro Sul	4,07	2,83	5,32
Brasil	4,28	3,37	5,23

FONTE: ANPES veja nota (1).

uma mais correta interpretação. E a prova disto são as contraditórias análises que têm sido realizadas a respeito.

3.1 — TAXAS DE CRESCIMENTO

Os dados a seguir apresentados sobre as taxas de crescimento da agricultura brasileira destinada ao mercado interno (produtos de alimentação e produtos industrializáveis), foram elaborados pela equipe da ANPES (1).

No quadro 1 apresentamos um resumo desses dados, dando-se destaque às duas principais regiões em que foram agrupadas. (2) Os dados básicos são originários do Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura.

Por êsses elementos verifica-se que a taxa média anual de crescimento para todos os produtos agrícolas de consumo interno, atingiu a 4,28% em todo o Brasil, no período de 1950/60. Se êsse período for dividido em dois, vê-se que entre 1950 e 1955 o incremento anual foi de 3,37% passando no período seguinte a 5,23% (1955/60), o que aponta uma sensível melhoria.

Se considerarmos as duas principais regiões — Nordeste e Centro Sul — vamos verificar que a produção vem crescendo a uma taxa maior no Nordeste, o que ocorreu principalmente no período 1950/55. Mas, de qualquer

modo, o grosso da agricultura brasileira repousa na região Centro-Sul (cêrca de 80% da produção de alimentos e entre 55 e 60% da produção para industrialização).

Para se julgar o que significa um crescimento de 4,23% ao ano, pode-se mencionar que o aumento da população brasileira vem se dando a uma taxa de 3,2% anuais. E a êsse aumento, devemos acrescentar o incremento na demanda ocasionado pela maior renda. A êsse respeito já se defronta com maiores dificuldades de análise pela imprecisão dos dados relativos à renda disponível. A renda real per capita tem aumentado a uma taxa de aproximadamente 1,7% ao ano, sendo que dessa taxa deveríamos retirar a parcela relativa à dedução de impostos diretos. Outro elemento a ser levado em conta seria a elasticidade-renda que varia entre regiões e entre produtos. (3) Se admitirmos, no entanto, um coeficiente médio de 0,5 e ignorarmos qualquer correção da renda real, teríamos um acréscimo na demanda da ordem de 0,85% ao ano, determinado pelo aumento da renda. E dêsse modo, a produção agrícola de consumo interno deveria crescer a uma taxa de 4,05% para atender ao aumento da população e renda. Como se vê, o crescimento verificado, no período em análise, foi ligeiramente superior (4,28%).

No entanto, no 1.º semiperíodo

- (1) Antonio Delfim Netto e outros (Agricultura e Desenvolvimento no Brasil», Estudos ANPES n.º 5, São Paulo, 1966.
- (2) A região nordeste abrange 9 Estados (do Maranhão a Bahia). A região Centro-Sul abrange os 9 Estados situados ao Sul e Oeste da Bahia (excluiu-se Guanabara).
- (3) «Projeções de Oferta e Demanda de Produtos Agrícolas para o Brasil», Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1966.

a produção cresceu a uma taxa menor (3,37) e se observarmos as taxas regionais (veja quadro 1) há taxas nitidamente adversas, como é o caso de 2,83% ao ano, constatadas na região Centro-Sul no período de 1950/55, principalmente quando se aduz que o crescimento demográfico nessa região atinge a 3,6% ao ano.

As considerações feitas referem-se ao atendimento da agricultura às necessidades de consumo interno. Com referência às outras funções da agricultura, atrás mencionadas, a avaliação é bem mais difícil.

Quanto à exportação, a agricultura continua a fornecer a grande maioria das divisas, havendo inclusive conseguido diversificar de maneira bem aceitável a pauta das exportações.

3.2 — ESTAGIO DE EVOLUÇÃO

Outro aspecto a considerar são os diferentes estágios de evolução da agricultura brasileira (⁴), que evidentemente se traduz em complicações quando se quer retratar a atual situação de nossa agricultura. Parte ponderável do aumento conseguido na produção ainda repousa no aumento na área e na mão de obra empregada. Os dados do quadro 2, referentes à área cultivada, pessoal ocupado e tratores existentes, em 1950 e 1960 (segundo dados dos Censos) apontam que nesse período ocorreu, em todo o País, um acréscimo de 56% na área cultivada. O aumento verificado

de 41% no pessoal ocupado, parece indicar uma pequena melhoria de técnica empregada. Aliás, nota-se também nesse quadro as grandes diferenças de comportamento que se dá nos vários Estados.

Assim, enquanto em vários dêles, a área aumentou de maneira significativa (256% no Maranhão, 155% no Paraná) em outros praticamente não se verificaram grandes oscilações (a mesma área do Estado do Rio, 17% de aumento em São Paulo).

No quadro 3, onde são calculadas duas relações que indicam diferenças de técnica, ou seja, área cultivada por pessoal ocupado e área por trator mostra-se também a grande diferença existente entre regiões. É o caso dos 0,8 ha por trabalhador no Amazonas e Sergipe contra 3,0 em São Paulo e Rio Grande do Sul. E de um trator por cada 177 ha em São Paulo enquanto no Maranhão, Estado que vem apresentando um intenso aumento na área de cultivo, essa relação é de um trator por mais de 28.000 ha.

Se utilizarmos outros dados disponíveis, relativos a certas áreas — São Paulo, por exemplo — pode-se verificar que a agricultura desse Estado já atinge um nível de transição bem marcado, onde em alguns setores já se obtém resultados bastante satisfatórios, comparáveis aos atingidos em países desenvolvidos. Assim atualmente a sua população rural atinge apenas a 25% do total estadual e o setor agrícola

(4) Ver «Estágio do Desenvolvimento Técnico da Agricultura Brasileira», Ruy Miller Paiva, Anais da IV Reunião da SOBER, São Paulo, 1966.

QUADRO 2. — Evolução da Área de Lavouras, Pessoal Ocupado e Existência de Tratores na Agricultura Brasileira

ESTADOS	Área de Lavouras (mil ha)			Pessoal ocupado (mil pessoas)			Tratores		
	1950	1960	% de aumento	1950	1960	% de aumento	1950	1960	% de aumento
BRASIL	19 095	29 760	56	10 997	15 522	41	8 372	63 493	658
Norte	235	458	95	327	537	64	61	266	336
Nordeste	3 766	6 838	82	2 897	4 565	58	324	2 318	615
Leste	5 698	7 793	37	3 906	4 883	25	1 463	7 785	432
Sul	8 788	13 253	51	3 482	4 857	40	6 385	50 821	696
Centro Oeste	608	1 417	133	386	679	76	139	2 303	1 560
NORTE									
Amazonas	53	125	136	81	166	105	10	24	140
Pará	162	292	80	220	330	50	33	194	488
NORDESTE									
Maranhão	329	1 170	256	369	929	152	16	41	156
Piauí	225	471	110	206	355	72	20	59	195
Ceará	827	1 640	98	499	817	64	32	316	888
Rio Grande do Norte	444	627	41	235	296	26	17	246	1 347
Paraíba	661	1 003	52	434	545	26	62	361	482
Pernambuco	999	1 501	50	880	1 258	43	142	999	604
Alagoas	282	426	51	275	364	32	35	296	746

(continua)

QUADRO 2 — (continua)

ESTADOS	Área de Lavouras (mil ha)			Pessoal ocupado (mil pessoas)			Tratores		
	1950	1960	% de aumento	1950	1960	% de aumento	1950	1960	% de aumento
LESTE									
Sergipe	136	204	50	155	243	57	45	96	113
Bahia	1 372	2 264	65	1 283	1 858	45	82	575	601
Minas Gerais	2 937	3 673	25	1 869	2 077	11	763	5 024	558
Espírito Santo	588	726	23	273	269	— 2	58	490	744
Rio de Janeiro	588	588	—	277	241	— 13	457	1 469	221
SUL									
São Paulo	4 258	4 973	17	1 532	1 683	10	3 819	28 101	636
Paraná	1 359	3 471	155	508	1 277	151	280	4 996	1 684
Santa Catarina	670	1 013	51	351	620	67	41	1 049	2 458
Rio Grande do Sul	2 503	3 796	52	1 071	1 277	20	2 245	16 675	642
CENTRO-OESTE									
Mato Grosso	143	418	192	86	184	114	50	997	1 894
Goiás	465	995	114	299	493	65	89	1 299	1 359

FONTE: IBGE — (Serviço Nacional de Recenseamento).

QUADRO 3. — Relação área/trabalhador e área/trator no Brasil

ESTADOS	Área por trabalhador (ha)		Área por Trator (ha)	
	1950	1960	1950	1960
BRASIL	1,7	1,9	2 280	468
Norte	0,7	0,9	3 852	1 721
Nordeste	1,3	1,5	11 623	2 950
Leste	1,5	1,6	3 894	1 001
Sul	2,5	2,7	1 376	260
Centro-Oeste	1,6	2,1	4 374	615
NORTE				
Amazonas	0,7	0,8	5 300	5 208
Pará	0,7	0,9	4 910	1 505
NORDESTE				
Maranhão	0,9	1,3	20 563	28 536
Piauí	1,1	1,3	11 250	7 983
Ceará	1,7	2,0	25 843	5 190
Rio Grande do Norte ...	1,9	2,1	26 118	2 548
Paraíba	1,5	1,8	10 661	2 778
Pernambuco	1,1	1,2	7 035	1 503
Alagoas	1,0	1,2	8 057	1 439
LESTE				
Sergipe	0,9	0,8	3 022	2 125
Bahia	1,1	1,2	16 731	3 937
Minas Gerais	1,6	1,8	3 849	731
Espírito Santo	2,2	2,7	10 137	1 481
Rio de Janeiro	2,1	2,4	1 286	400
SUL				
São Paulo	2,8	3,0	1 114	177
Paraná	2,6	2,7	4 854	694
Santa Catarina	1,8	1,6	16 341	695
Rio Grande do Sul	2,3	3,0	1 114	227
CENTRO-OESTE				
Mato Grosso	1,7	2,3	2 860	419
Goiás	1,6	2,0	5 225	765

Quadro elaborado com dados originais do Censo de 1950 e 1960
(IBGE — Serviço Nacional de Recenseamento).

la contribui com menos de 20% de sua renda interna. Segundo dados da Divisão de Economia Rural da Secretaria da Agricultura de São Paulo, o total de habitantes das propriedades agrícolas desse Estado (em números absolutos) vem se mantendo estacionário nos últimos anos, enquanto o volume produzido tem aumentado constantemente. (5)

Estão se verificando incrementos contínuos nos índices de rendimento agrícola (de 100 em 1948/52 para 165 em 1967) graças a um aprimoramento nas técnicas de cultivo, bastando citar que o emprêgo de fertilizantes vem crescendo a taxas anuais de 1,5% (fósforo) a 11,9% (nitrogênio).

3.3 — CRESCIMENTO DESEJÁVEL

As considerações feitas atrás ressaltam as diferenças existentes entre as várias regiões do país, tanto no estágio de evolução como no ritmo de expansão. Mas, pensando-se em dados globais para todo o país, verifica-se que a agricultura brasileira que já vem crescendo a uma taxa considerada alta, tem que manter esse ritmo de crescimento, talvez intensificado, em face de possíveis aumentos mais pronunciados na renda disponível.

Ter-se-á assim de manter uma expansão de 4,5 a 5% ao ano. Um exame do que ocorre em outras regiões do mundo mostra que não é fácil atingir-se este objetivo, (um crescimento de 3,6%

ao ano significa dobrar o volume produzido em 20 anos).

Assim dentre 26 nações em desenvolvimento o crescimento do setor agrícola só conseguiu ultrapassar a taxa de 5% ao ano em apenas 6 países (6), sendo que nenhum deles da dimensão do Brasil (o único que mais se assemelhava era o México).

Desse modo, nos defrontamos com um verdadeiro desafio que só poderemos superar se conseguirmos pôr em execução um efetivo programa de desenvolvimento agrícola.

4 — PONTOS BÁSICOS DE UM PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA

Dentro dos conceitos já enunciados, ficou evidenciado que uma política adequada para promover o desenvolvimento da agricultura, tendo em vista atingir-se os objetivos citados, deve-se basear principalmente em programas destinados a aumentar a produtividade do setor agrícola.

Pode-se dizer que o nível de produtividade depende grandemente da conjugação de uma série de fatores, uns dependentes das decisões individuais dos lavradores sobre o nível de técnica a empregar, com a correspondente aplicação dos vários insumos e numa dada resposta aos preços dos produtos e fatores, e outros mais diretamente relacionados com medidas governamentais sobre problemas que afetam de uma

(5) Divisão de Economia Rural, «Diagnóstico da Agricultura Paulista», 1967 (mimeografado).

(6) Hendrix, W. E. «The experience of more rapidly developing countries», Economic Development of Agriculture, Iowa State University, 1965.

maneira mais ou menos direta o setor agrícola. Esses últimos fatores condicionam, por assim dizer, o processo de desenvolvimento da agricultura. E é justamente nessa área que o governo, através de uma série de linhas de ação pode atuar decisivamente nesse processo. É verdade que a escolha de prioridades, dependendo, no caso da agricultura pelas suas próprias características, de julgamentos subjetivos, torna o problema bem mais complexo. E, no caso brasileiro, onde, conforme já salientamos, o conhecimento é limitado e as diferenças regionais são grandes, essa questão apresenta ainda dificuldades maiores.

A seguir faremos uma enumeração de alguns importantes fatores que influenciam o desenvolvimento agrícola, procurando, dêsse modo, destacar pontos de interesse no delineamento de programa visando atingir-se êsse desenvolvimento.

4.1 — CONHECIMENTOS TÉCNICOS

O levantamento de conhecimentos que tornam possível a realização, por parte das instituições de pesquisas, de melhoramento e seleção de novas variedades de plantas ou de novos cruzamentos de animais, altamente produtivos ou que melhor respondam à aplicação de fertilizantes ou rações, é talvez um dos pontos básicos mais importantes.

Do mesmo modo, devem ser prioritários os conhecimentos sobre técnicas aconselháveis de cultivo, espaçamentos adequados, curvas de resposta a adubações, manejo de pastagens, métodos de administração rural etc. Deve aqui ser

salientado que embora existam no Brasil um número já razoável de institutos de pesquisa e de estações experimentais, ligadas ao Ministério, às Secretarias de Agricultura, ou às Escolas de Agronomia, notam-se falhas nos programas de trabalho refletindo no conhecimento global existente. Cita-se, como exemplos, a falta generalizada de trabalhos conclusivos sobre curvas de resposta a adubações que constituem elemento básico não só como índice mais preciso nas atividades de extensão, como também para análises relativas à política de fertilizantes. Uma eventual possibilidade de se coordenar os programas de pesquisa das várias instituições do país, restringindo a atuação das unidades menores à realização de pesquisas aplicadas na solução dos problemas mais ligados a um aumento de produtividade nas respectivas regiões, seria talvez um importante passo para melhor aproveitar os limitados recursos existentes nesse setor. Outra decorrência daquêles conhecimentos e a questão de produção, em escala crescente, de sementes selecionadas, cuja produção pode ser feita por organismos públicos ligados aos órgãos de pesquisa e assistência ou então por entidades privadas, desde que rigorosamente fiscalizadas pelos serviços técnicos oficiais.

4.2 — PROGRAMAS DE EXTENSÃO

Outro importante setor, também diretamente ligado às atividades governamentais, diz respeito à assistência técnica que deve existir visando levar ao agricultor os conhecimentos levantados pelas instituições de pesquisa.

Obviamente, a existência de serviço dêsse tipo, e a sua atuação eficiente contribui de maneira decisiva para o aumento do rendimento agrícola. Mas, de modo geral, pôde-se dizer que nesse setor muito tem de ser feito. Há igualmente falta de coordenação nos programas em execução.

Nota-se mesmo em áreas relativamente desprovidas de recursos, a existência de dois ou mais serviços em operação (Ministérios, Secretarias locais, sistema ABCAR, serviços ligados a outros setores governamentais, como o INDA, emprêsas hidroelétricas etc). cada um, de modo geral, operando o seu próprio programa e ignorando os demais.

4.3 — NÍVEL DE EDUCAÇÃO

São igualmente óbvias as vantagens de se dispor de um sistema de educação que permita alterar drasticamente as condições até aqui prevalentes no Brasil. Embora não se disponha de estatística recente relativa ao grau de alfabetização nas zonas rurais das diferentes regiões do país, tem-se como certa a existência de uma elevada percentagem de analfabetismo. E não resta dúvidas que a eficiência de um sistema de extensão é grandemente limitada quando tem que se dirigir a êsse tipo de agricultor. Pode-se considerar o elemento humano como um dos fatores decisivos no desenvolvimento econômico da agricultura pela importância da tomada de decisões. Outros fatores, como o nível de tecnologia empregada, capital disponível, terras são também importantes, mas para se tornarem produtivos têm de ser desenvolvidos, organi-

zados e utilizados. E essas funções são realizadas por elementos humanos. A falta de instrução de parte dos empresários agrícolas limitando a sua plena capacidade, constituiu-se, pois, num poderoso fator restritivo. Essas considerações sugerem duas linhas de política, uma no sentido de dar aos programas de educação na zona rural uma nova feição, pois ao lado da instrução mesmo que primária, deveria se procurar despertar o interesse pela aplicação de novas técnicas e do que isso pode contribuir para a elevação do nível de renda e consequentemente do padrão de vida dos lavradores. Um sistema de educação visando êsses objetivos e a operação de um mais eficiente programa de extensão poderiam contribuir decisivamente para aumentar o nível de aspiração das populações rurais ajudando a eliminação do comodismo ou mesmo do fatalismo que predominam nas áreas de agricultura tradicional. Outro ponto a ser destacado diz respeito à cautela que deve prevalecer em programas de reforma agrária, pois uma intensa multiplicação no número de empresários agrícolas com baixa instrução, pouco afeito a tomarem decisões poderia causar óbices que iriam retardar ainda mais o processo de desenvolvimento.

4.4 — INFRA-ESTRUTURA LIGADA À AGRICULTURA

Dentro dêsse item se situam inúmeros pontos que são mais comumente discutidos e que embora sendo importantes, vamos nos abster de comentá-los com mais detalhes. É o caso da rede de comunicações e transporte de in-

terêsse da agricultura, do sistema de comercialização, da rede de armazéns e silos etc. Nesse grupo, poderíamos também incluir o sistema de crédito agrícola e a garantia de preços à agricultura.

Os fatores até aqui citados, são em grande parte dependentes da ação direta dos poderes públicos, os quais portanto, podem atuar decisivamente no planejamento e execução de medidas visando contribuir para o desenvolvimento do setor agrícola. Além desses pontos, existem outras áreas também importantes que o governo tem ação decisiva. É o referente ao *suprimento de fatores* que a agricultura moderna deve utilizar com intensidades crescentes. A ação do governo nesse caso, pode ocorrer sobre dois aspectos: um, pela criação de incentivos, a iniciativas privadas, visando o estabelecimento de unidades produtoras desses insumos. É o caso de indústrias de fertilizantes, pesticidas, tratores, máquinas e equipamentos que são essenciais à modernização do setor agrícola. De outro lado, como o uso desses fatores é condicionado pela relação de seus preços com o dos produtos agrícolas e também pelo aumento de riscos que o agricultor incorre, intensificando sua produção, cabe ao governo estabelecer de um lado uma eficaz política de garantia dos preços agrícolas e de outro ditar normas visando uma melhoria nas condições de comercialização dos fatores a serem postos à disposição da agricultura, podendo-se mesmo chegar ao estabelecimento de incentivos ao seu uso (mesmo através de subsídios), principalmente durante a fase de implantação dessas indús-

trias e em vista do ainda restrito mercado para seus produtos.

Finalmente cabe tecer algumas considerações sobre os fatores que dependem da ação direta dos agricultores, isto é, sobre as *decisões que os lavradores tomam no nível de sua propriedade*, decidindo o que produzir e como produzir. Não resta dúvida que nessa área é que se situa o ponto crítico do programa, pois é a agregação das decisões individuais que levam à produção total e ao ritmo de expansão que se verifica ao longo dos anos. Não adianta ter instituições de pesquisa, serviço de extensão primoroso, se os agricultores não se decidem a intensificar suas produções, a mudar o sistema de produção que vinham tradicionalmente seguindo e tornando possível atingir os objetivos atrás enunciados, ou então a aumentar pura e simplesmente a sua área de plantio, alcançando-se então apenas parte daqueles objetivos. Assim, verificando-se progressos nas ações governamentais visando os pontos atrás mencionados, e havendo incentivos econômicos, ou seja, favoráveis relações de preços de produtos e de insumo, crescente de número de lavradores, motivados pela alteração das condições existentes, vão adotando as novas tecnologias. Só assim serão conseguidos ganhos globais em produtividade. A dosagem correta e o estabelecimento de prioridades nos vários programas é que irão possibilitar à agricultura a sua modernização e contribuir para o desenvolvimento econômico do país, na taxa requerida e a um menor custo.

REFERÊNCIAS:

- 1) Antonio Delfim Netto, e outros «Agricultura e Desenvolvimento no Brasil», Estudo ANPES n.º 5, São Paulo, 1966 (mimeografado).
- 2) Fundação Getulio Vargas, «Projeções de Oferta e Demanda de Produtos Agrícolas para o Brasil», Rio de Janeiro, 1966.
- 3) Ruy Miller Paiva, «Estágio de Desenvolvimento Técnico da Agricultura Brasileira», Anais da IV.a Reunião da SOBER, São Paulo, 1966.
- 4) Divisão de Economia Rural, «Diagnóstico da Agricultura Paulista», São Paulo, 1967 (mimeografado).
- 5) W. E. Hendrix, «The experience of more rapidly developing countries», Iowa State University, 1965.
- 6) C. K. Eicher e L. W. Witt, «Agriculture in Economic Development», Mc Graw-Hill, New York, 1964.
- 7) T. W. Schultz, «Transforming Traditional Agriculture», Yale University Press, New Haven, 1964.
- 8) «Economic Development of Agriculture», Iowa University Center for Agricultural and Economic Development Ames, 1965.
- 9) B. F. Vohnsten e S. T. Nielsen, «Agricultural and Structural Transformation in a Developing Economy», Food Research Institute Papers, Stanford, 1966.
- 10) B. F. Johnston e J. W. Mellor, «Agriculture in Economic Development», The American Economic Review, Set. 1961.
- 11) J. W. Mellor, «The Process of Agricultural Development in Low Income Countries», Journal of Farm Economics, Ag. 1962.

Crédito Cooperativo Rural do Estado de São Paulo

Anna Perina R. de Arruda - Socióloga

APRESENTAÇÃO

Continuando nosso trabalho de publicação dos dados levantados na pesquisa que está sendo conduzida nesta Divisão de Economia Rural, com vistas ao conhecimento da situação do cooperativismo no meio rural do Estado de São Paulo, passamos à apresentação do que foi colhido com respeito às Cooperativas de Crédito Agrícola, Caixas Rurais e Seções de Crédito das Cooperativas Mistas.

O crédito cooperativo distribuído através dessas organizações associativistas, tem desempenhado junto aos produtores rurais, importante papel no atendimento às pequenas operações de financiamento. É sabido que a maioria de nossa produção agrícola é originária da atividade de pequenas emprêsas particulares. E êstes pequenos proprietários rurais, individualmente, não reclamam grandes volumes de empréstimos, mas estão, ao contrário, em condições de expandir suas atividades com o produto de pequenas operações creditícias, proporcionais às suas produções.

Por estas razões, e dada a quase inexistência de dados precisos

sôbre o assunto, relativos a nosso Estado, justifica-se o interesse desta Divisão no levantamento procedido junto às instituições cooperativas de crédito.

A pesquisa refere-se ao Exercício de 1964, último ano em que o crédito cooperativo esteve subordinado à orientação dada pelos Decretos-Leis 22.239 de ... 19)12)1932 e 581 de 1.8.1938.

Em 31.12.1964, com o advento da Lei 4.595, nova estrutura foi dada ao sistema financeiro do país e até fins de 1965 (época do levantamento destas pesquisas), devido as novas condições pelas quais passava a política creditícia nacional, ainda eram, mais ou menos imprevisíveis, os resultados das novas Resoluções baixadas em decorrência da Lei citada n.º 4.595/64. Dados relativos a anos anteriores e posteriores foram juntados ao relato, como ilustração ou comparação.

Devido ao pequeno número de cooperativas fornecedoras de crédito, o levantamento foi feito por censo e não por amostragem, abrangendo as cooperativas em funcionamento durante o exercício de 1964.

É preciso salientar ainda, que, a orientação dada na execução do trabalho foi devida à inexistência

de uma pesquisa sistemática realizada no Estado de São Paulo, sobre alguns aspectos fundamentais da realidade do crédito cooperativista.

Quanto ao problema metodológico, utilizou-se o método monográfico, complementado pelo preenchimento de questionários por tôdas as unidades; os dados foram obtidos também pela análise dos balanços anuais e balancetes mensais das cooperativas, bem como do estudo dos seus quadros demonstrativos de Sobras e Perdas.

1 — INTRODUÇÃO

O crédito cooperativo constituiu, indiscutivelmente, importante fator no soerguimento econômico de trabalhadores rurais e urbanos em países da Europa (Dinamarca, Bélgica, Suécia etc.), da Ásia (Japão) e América do Norte (Estados Unidos e Canadá), proporcionando a êsses trabalhadores, fontes de recursos financeiros por meio da canalização da pequena economia inativa e obtenção de suprimentos financeiros nas organizações de maior vulto, abre-se-lhe acesso às técnicas modernas de produção, criando condições para melhorar seu padrão de vida. O crédito cooperativo teve grande aceitação naquêles meios, donde seu florescimento e disseminação para as demais partes do mundo.

No Brasil, as primeiras experiências de implantação do crédito cooperativo no início d'êste século, estão ligadas ao desenvolvimento da agricultura em pequena escala, quando alguns precursores começaram a defender a idéia de que somente através do cooperativismo, poder-se-ia fo-

mentar e organizar, efetivamente, a nossa produção agropecuária. Êstes fatos, aliados à experiência cooperativista trazida por lavradores europeus e asiáticos — que por esta época, em grandes correntes imigratórias, aqui se radicaram — resultaram na intensa pregação cooperativista, tanto rural como urbana.

Em 1932, com o primeiro dispositivo legal disciplinador e incentivador, o decreto-lei federal número 22.239 de 19.12.1932, ordenou-se a estrutura das organizações cooperativistas já em funcionamento ou que viessem a se organizar.

A partir da vigência do Decreto-Lei 22.239, também os Estados da Federação montaram seus dispositivos de orientação, incentivo, controle e fiscalização, tal como aconteceu em São Paulo em 1933, com a criação do Departamento de Assistência ao Cooperativismo.

Êsse Decreto-lei fixa, em relação ao cooperativismo de crédito, as seguintes disposições, entre outras:

a — Tem por objetivo proporcionar a seus associados crédito e moeda por meio da mutualidade e da economia, mediante uma taxa módica de juros, auxiliando de modo particular o pequeno trabalho em qualquer ordem de atividade na qual êle se manifesta, seja agrícola, industrial, comercial ou profissional e, acessoriamente, podendo fazer com pessoas estranhas à sociedade, operações de crédito passivo e outros serviços conexos ou auxiliares de crédito. (1)

b — pode revestir na prática, várias modalidades, entre as quais

se compreendem os tipos clássicos das caixas rurais Raiffeisen, bancos populares Luzzatti (vide parágrafos 4.1 e 4.2 d'êste trabalho) e Seção de Crédito das Cooperativas Mistas (parágrafo 4.4).

c — os empréstimos, descontos e aberturas de créditos são concedidos exclusivamente aos associados.

d — o reembolso, nos empréstimos que não são de curto prazo, será sempre feito por pagamentos parcelados, indicando a obrigação de dívida, quando única, as diversas épocas de amortização, ou quando várias sejam as obrigações, corresponderá cada uma delas a cada parcela de amortização, juros inclusive.

As normas atrás citadas, se aplicam de modo geral a tôdas as cooperativas de crédito, quer agrícolas ou urbanas ou caixas rurais, podendo tôdas elas terem associados agricultores e não agricultores, com êles realizando operações normais, desde que atendidas as normas estatutárias e legais.

Quanto ao atendimento de normas estatutárias e legais, é preciso salientar:

1 — A designação "Banco Popular", historicamente, vem ligada à idéia de cooperativismo de crédito urbano — com capital social dividido em pequenas quotas — em contraposição à designação de Caixa Rural, que implica a não existência de capital social. (2)

2 — É evidente, porém, que os empréstimos por cooperativas rurais, urbanas ou caixas rurais, só podem realizar-se dentro das normas gerais e específicas que regem o assunto. Os empréstimos creditícios com finalidade agrícola ou pecuária, durante o exercício de 1964 (período a que se refere principalmente êste levantamento) foram orientados pela Lei 3.253 de 27.8.1957, que criou a cédula rural, orientou a utilização da promissória rural e outras providências correlatas.

No entanto, por entrevistas informais feitas durante a elaboração desta pesquisa, sabe-se que o instrumento mais utilizado para a concessão dos empréstimos nas cooperativas de crédito foi a nota promissória simples.

2 — CRÉDITO COOPERATIVO NO ESTADO DE SÃO PAULO

O crédito cooperativo desenvolveu-se com sucesso, de início, em São Paulo, no setor agrícola. É o que demonstram os quadros Anexos 1, 2, 3 e 4 onde se têm os resumos dos balancetes anuais da totalidade das cooperativas aqui existentes. Para uma demonstração mais completa da evolução destas cooperativas, nestes quadros estão representados os resumos extraídos dos balancetes anuais de 1941, 1947, 1951 e 1957. (3)

Pelo resumo anual de balancetes, referente a 1941 (Anexo 1)

(1) Art. 30.º do Dec.-Lei Fed. 22.235 de 1932.

(2) Vide parágrafos 4.1, 4.2 e 4.3 d'êste trabalho.

(3) Anexos em fols. 33 a 38. Os dados referentes às cooperativas de crédito popular ou cooperativas de crédito urbano, se destinam apenas a dar uma idéia muito geral da evolução do crédito cooperativo no Estado. Êste trabalho se refere, especialmente, ao Crédito Cooperativo Rural.

vê-se que, até aquela data, apenas funcionava uma cooperativa de crédito Popular Luzzatti — sediada na Capital — enquanto são encontrados no Interior do Estado, 18 estabelecimentos de crédito cooperativo, inclusive as Caixas Rurais. Até o ano de 1947 a situação permanece quase a mesma, e, depois de 1951, com a maior difusão da doutrina cooperativista, é que se pode encontrar situação diferente, demonstrada pelo resumo de balancetes do Anexo 4, referente ao exercício de 1957. Neste ano, são encontradas:

- 33 Cooperativas de Crédito Agrícola sediadas no Interior;
- 2 Caixas Rurais sediadas no Interior;
- 11 Cooperativas de Crédito Agrícola sediadas na Capital e
- 17 Cooperativas de Crédito Popular disseminadas pelo Interior e Capital.

Em 1964 a situação de disseminação do crédito cooperativo no Estado de São Paulo, quer agrícola ou popular, não diferia muito da que a existente em 1957. (4)

3 — COOPERATIVAS DE CRÉDITO EM OUTROS ESTADOS

Procurando averiguar sobre o assunto em outros 3 Estados da

Federação, para uma comparação com São Paulo, salientamos no Sul do país, a existência do crédito agrícola cooperativo, através dos seguintes dados, referentes a Dezembro de 1964:

- no Estado do Paraná (5), funcionavam 6 entidades, além de uma outra não rural;
- no Estado de Santa Catarina (6), no mesmo ano, funcionavam 4 cooperativas de crédito — além das 6 Caixas Rurais Raiffeisen adiante referidas (pg. 7);
- no Estado do Rio Grande do Sul (7) funcionavam em 1963, 14 entidades de crédito cooperativo, além das 49 Caixas Rurais Raiffeisen.

4 — CRÉDITO COOPERATIVO RURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

No Estado de São Paulo, o crédito agrícola cooperativo, desde seu início, esteve representado por cooperativas de “responsabilidade limitada” e cooperativas de “responsabilidade ilimitada”.

Cooperativas de responsabilidade ilimitada são aquelas onde os associados, ao se inscreverem, passam a responder com a totalidade de seus bens em favor dos compromissos assumidos pela cooperativa. São sociedades constituídas sem capital.

Cooperativas de responsabilidade limitada são aquelas onde os

(4) Ver quadros nos 2, 5 e 6, nas pgs. 8, 13 e 15 deste trabalho.

(5) Dados fornecidos pelo Departamento de Assistência ao Cooperativismo da Secretaria da Agricultura — Estado do Paraná.

(6) Dados fornecidos pela Diretoria de Organização da Produção da Secretaria da Agricultura — Estado de Santa Catarina.

(7) Fonte: Revista «Sul-Coop-Cooperativismo» — da Diretoria de Assistência ao Cooperativismo da Secretaria dos Negócios da Economia, do Estado do Rio Grande do Sul.

associados respondem solidariamente em favor das responsabilidades assumidas pela cooperativa, até o montante do capital subscrito em quotas. Portanto estas cooperativas têm capital.

Dentro destas duas grandes categorias, o crédito cooperativo agrícola no Estado é encontrado nas seguintes modalidades:

- 4.1 — CAIXAS RURAIS RAIF-
FEISEN (respons. ilimitada);
- 4.2 — COOPERATIVAS DE CRÉ-
DITO POPULAR E AGRÍ-
COLA LUZZATTI (respons.
limitada);
- 4.3 — COOPERATIVAS DE CRÉ-
DITO AGRÍCOLA (respons.
limitada) e
- 4.4 — SEÇÕES DE CRÉDITO DE
COOPERATIVAS AGRÍCOLAS MISTAS (respons. li-
mitada).

Estas diferentes modalidades podem constituir-se, ainda, como cooperativas de primeiro e segundo grau, de acordo com a Lei Federal 22.239 de 19.12.1932.

De primeiro grau são aquelas cujo quadro social é constituído apenas por associados individuais, ou "pessoas físicas".

São consideradas de segundo grau as chamadas "cooperativas centrais" e as "federações de cooperativas", que têm por objetivo financiar a produção agrícola por intermédio das cooperativas filiadas, caixas rurais, bancos agrícolas municipais ou diretamente aos agricultores.

No cooperativismo de crédito não há, no Estado de São Paulo federações específicas, havendo apenas organizações "centrais"

de segundo grau, constituídas por cooperativas de diferentes espécies e admitindo, outrossim, a existência de associados singulares.

Neste trabalho, as cooperativas de segundo grau estão agrupadas juntamente com as de primeiro, sendo possível distingui-las apenas pelo termo "central" incluído no nome.

4.1 — CAIXAS RURAIS RAIF- FEISEN

Caixas Rurais Raiffeisen, também chamadas cooperativas de "responsabilidade ilimitada", têm suas bases financeiras constituídas pela totalidade dos bens dos seus sócios e pelo Fundo de Reserva. Com a garantia real oferecida pelos bens imobiliários dos sócios e escudada pelos padrões de honestidade dos mesmos, a Caixa levanta fundos em outras instituições de crédito para, reforçando os recursos provenientes dos depósitos em contas correntes, fornecer empréstimos aos seus associados. Das sobras (lucros) verificadas anualmente pelos balanços, 80% são destinados ao Fundo de Reserva, que assim vai sendo formado.

Fundo de Reserva constitui-se, portanto, com parte das sobras apuradas em cada exercício. O restante das sobras (geralmente 20%) é aplicado segundo critério da Assembléia Geral, nunca havendo retorno aos associados (8). A área de atividades deste tipo de cooperativa é restrita, obedecendo aos mesmos critérios das cooperativas Luzzatti.

(8) Art. 6.º, dos Estatutos da Caixa Rural de Paraibuna.

4.1.1 — RAIFFENSEN NO
BRASIL

As Caixas Rurais de responsabilidade ilimitada foram idealizadas por Raiffeisen, na Alemanha, onde tiveram grande difusão a partir de 1870. Organizaram-se, então, como associações tipicamente de pequenos agricultores, estimando-se que existam hoje "cerca de 15 000 Caixas Rurais Raiffeisen naquele país". (9)

No Brasil, o raiffeisenismo teve grande desenvolvimento no Estado do Rio Grande do Sul, em virtude da radicação ali, de imigrantes alemães e italianos. Dados oficiais sobre a situação dessas Caixas no ano de 1964, vão reproduzidas no Quadro 1.

Comparando-se os dados apresentados no Quadro 1, com a situação encontrada no Estado de São Paulo (Quadro 2), relativa-

mente às Caixas Rurais Raiffeisen, vê-se que, no ano de 1964, estiveram em funcionamento 62 Caixas federadas à poderosa organização que é a Coop. Central das Caixas Rurais do Rio Grande do Sul. Destas cooperativas federadas, 57 estão localizadas nesse Estado, enquanto 5 se localizam no Estado fronteiriço de Sta. Catarina. No Estado de São Paulo, são vistas apenas 2 Caixas Rurais Raiffeisen, com o montante de empréstimos em NCr\$ 268 384 44, num confronto com a enorme soma de NCr\$ 1 563 060,84 apresentada pela Central Rio-grandense.

No Estado de Sta. Catarina, no entanto, existem atualmente em funcionamento 6 Caixas Rurais, segundo relação oficial fornecida pela Diretoria de Organi-

QUADRO 1. — Quadro demonstrativo das Caixas Rurais federadas à Cooperativa Central das Caixas Rurais do Rio Grande do Sul, referentes ao ano de 1964.

Itens	Unidade	Dados
a — Cooperativas	número	62
b — Fundos de Reserva	NCr\$	187 358,30
c — Depósitos:		
Valor total	NCr\$	2 116 662,30
Depositantes	número	65 986
d — Empréstimos:		
Operações	número	17 710
Valor total	NCr\$	1 563 060,80
Valor médio	NCr\$	88,30
e — Associados:		
Existentes	número	61 614
Brasileiros	porcentagem	98,98%
Estrangeiros	porcentagem	1,02%
Agricultores	porcentagem	75,37%
Estimativa dos bens	NCr\$	15 511 218,10

FONTE: Relatório do Exercício de 1964, da Coop. Central das Caixas Rurais «tipo Raiffeisen» da União Popular do Rio Grande do Sul.

(9) Bulgarelli, W. — Tratado Geral de Crédito Cooperativo, Volume I, pg. 65.

zação da Produção da Secretaria da Agricultura dêsse Estado.

4.1.2 — RAIFFEISEANISMO EM SÃO PAULO

No Estado de São Paulo existem apenas 2 Caixa Rurais Raiffeisen em funcionamento, localizadas no Vale do Paraíba: a Caixa Rural de Paraíba, fundada em 1929 e a de Guaratinguetá em 1931. Foram criadas por tempo determinado (30 anos, prorrogáveis), com ação limitada ao território do município e os empréstimos são concedidos aos sócios, exclusivamente para aplicação em finalidades previstas nos seus Estatutos.

Para melhor esclarecimento transcrevemos os dispositivos fundamentais do Estatuto da Caixa Rural de Paraíba, os quais definem claramente este tipo de sociedade de Crédito ⁽¹⁰⁾:

- “A sociedade constitui-se sem capital nos termos do Artigo 30.º § 3.º letra “a” do Dec. Federal 22 239 de 19 de Dezembro de 1932; e os sócios não são obrigados a fazer entrada alguma de dinheiro, pelo fato de sua admissão”. (Art. 12.º)
- “A sociedade tem por fim principalmente fornecer a seus membros que sejam solváveis e dignos de crédito, e somente a eles, os capitais necessários à exploração de suas lavouras, criações e produções e facilitar o exercício de sua profissão”.

— “Os empréstimos só poderão ter lugar para certo e determinado fim julgado útil e reprodutivo pelo Conselho de Administração, sendo absolutamente proibidos os empréstimos para consumo. (Art. 7.º)

— “A responsabilidade dos sócios é ilimitada, respondendo cada um de per si, solidariamente com todos os seus bens pelos compromissos sociais”. (Art. 21.º)

— “Os lucros verificados anualmente pelo balanço serão repartidos da seguinte forma:

1.º) 80% para o fundo de reserva;

2.º) 20% para ser aplicado a juízo da assembleia geral (Art. 14.º)

— “Em caso nenhum a sociedade distribuirá dividendo a seus membros”. (Art. 15.º)

— “O fundo de reserva é destinado a reparar os prejuízos eventuais da sociedade”. (Art. 16.º)

— “Quando esse fundo atingir a uma quantia tal que com seus juros possam cobrir a despesas gerais da sociedade, a taxa de juros dos empréstimos baixará de maneira a ficar igual à taxa de juros que se pagar pelos depósitos”. (Art. 17.º)

— “A sociedade tem também por fim receber em depósito, a prazo fixo, ou em conta corrente, dinheiro a ju-

(10) As Caixas Rurais do Estado organizaram-se anteriormente à promulgação do Dec. Federal 22 239 de 1932, porém reajustaram seus Estatutos aos dispositivos dêste Decreto.

ros, não só dos sócios como de pessoas estranhas à sociedade". (Art. 6.º)

sas sociedades tiveram em nosso Estado.

Em relação ao ano de 1964, levantamos pormenorizadamente alguns dados dos balancetes das Caixas Rurais de Paraibuna e Guaratinguetá, a seguir apresentados:

4.1.3 — EVOLUÇÃO DAS CAIXAS RURAIS

Pelo Quadro 2 pode-se tomar conhecimento da evolução que es-

QUADRO 2 — Dados referentes ao movimento das Caixas Rurais do Estado de São Paulo.

Anos	1944	1954	1964
Número de Caixas Rurais	2	2	2
Número de Sócios	711	867	1.194
Empréstimos em NCr\$	4.358,00	8.418,20	268.384,44

FONTE: Departamento de Assistência ao Cooperativismo — Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

A — EMPRÉSTIMOS

1 — a agricultores:

números de operações	1902	
Valor total	NCr\$	258.593,66
Valor médio	NCr\$	136,00

2 — a não agricultores:

números de operações	90	
Valor total	NCr\$	9.790,80
Valor médio	NCr\$	108,80

B — DEPÓSITOS

de cooperados	NCr\$	1.515.591,84
de não cooperados	NCr\$	490.017,64

C — FUNDO DE RESERVA

NCr\$ 12.740,80

Os prazos para os empréstimos feitos pelas Caixas Rurais foram, em 1964, geralmente mais dilatados que aqueles concedidos pelas cooperativas de Crédito Agrícola, tendo a de Guaratinguetá feito

operações a 90 dias e a 180 dias, na mesma proporção, ao passo que a de Paraibuna fez a 180 dias quase a totalidade das suas operações.

O instrumento usado para a

concessão desses créditos em Guaratinguetá foi a “nota de crédito rural” (11) em 100% das operações, e, em Paraibuna foi utilizada a “promissória rural” (12).

dades pertencentes ou trabalhadas por associados de Caixas Rurais Raiffeisen do Estado de São Paulo, no ano de 1964.

Na distribuição por classes foi adotado o critério vigente nesta

QUADRO 3. — Total de hectares por classe, distribuição por classe das propriedades pertencentes ou trabalhadas e categoria dos associados das Caixas Rurais Raiffeisen do Est. de S. Paulo, Dezembro de 1964.

Classes em hectares	Área total da classe em hectares	Número de:		
		Propriedades na classe	Proprietários	Arrendatários
0 até 1	—	0	—	—
1 De 1 a 2	11,0	9	9	—
2 De 2 a 3	31,3	13	12	1
3 De 3 a 5	127,7	30	28	2
4 De 5 a 10	386,3	52	45	7
5 De 10 a 20	1.498,1	99	96	3
6 De 20 a 30	2.464,5	100	84	16
7 De 30 a 50	6.084,8	150	135	15
8 De 50 a 100	10.974,9	153	142	11
9 De 100 a 200	17.781,4	124	118	6
10 De 200 a 300	10.756,2	44	40	4
11 De 300 a 500	11.831,5	30	28	2
12 De 500 a 1.000	14.095,4	20	19	1
13 De 1.000 a 3.000	1.848,0	1	1	0
14 De 3.000 e mais	19.709,1	3	2	1
15 Área indiscriminada	—	266	—	—
Total	97.600,2	1.094	759	69
Porcentagens			92	8
Sócios não agricultores ou indiscriminados: 366				

4.1.4 — DISTRIBUIÇÃO DE PROPRIEDADES

No Quadro 3 damos a distribuição, por classes, das proprie-

Dv.E.R., agrupando as propriedades segundo sua área em hectares.

Acentue-se que a maioria dos

(11) «Nota de crédito rural»: modalidade da cédula de crédito rural, que constitui promessa de pagamento em dinheiro, sem ou com garantia real cédularmente constituída. O crédito concedido pela nota tem privilégio especial sobre os bens discriminados no art. 1563 do Código Civil, podendo ter o prazo mínimo de 3 meses e o máximo de 3 anos. A nota de crédito traz a indicação da finalidade ruralista a que se destina o financiamento concedido e a forma de sua utilização.

(12) «Promissória rural»: constitui promessa de pagamento em dinheiro, assegurado pela consignação dos bens ou do seu equivalente em espécie. Goza das garantias da letra de câmbio, e em caso do desaparecimento dos bens ou equivalentes, gozará dos privilégios enumerados no art. 1563 do Código Civil (Lei n.º 3.253 de 27.8.57).

associados (92%) possui a terra que trabalha e apenas 8% cons-

Bancos Populares do tipo Luzzatti, "de responsabilidade limita-

QUADRO 4. — Distribuição de nacionalidades dos sócios fundadores e em Dezembro 1964, nas Caixas Rurais.

Nacionalidades	Fundadores	Dez./1964
Brasileiros	64	1.191
Italianos	2	—
Portuguêses	2	—
Sírios	2	1
Alemães	—	2
Total	70	1.194

tituem-se de arrendatários, dentro do total da área de 97.600 ha.

4.1.5 — QUADRO SOCIAL

Pelo Quadro 8 está evidenciado que no Estado de São Paulo, na fundação das únicas Caixas Rurais — há mais de 30 anos e que até hoje persistem com sucesso — seu impulso foi dado por brasileiros, na região mais antiga e tradicionalista do Estado.

Ressalte-se a grande disparidade dos aspectos econômicos das 2 cidades-séde das referidas Caixas Rurais, tendo em Guaratinguetá um exemplo de cidade de várzea do Paraíba, passagem forçada do intercâmbio Rio-São Paulo e com intenso progresso industrial e agrícola e tendo, em Paraibuna, um exemplo de cidade da serra, com economia exclusivamente agropastoril e que só recentemente tornou-se caminho das correntes turísticas que buscam o Litoral Norte do Estado.

4.2 — COOPERATIVAS DE CRÉDITO POPULAR E AGRÍCOLA LUZZATI

As cooperativas de Crédito ou

da", tiveram sua origem na Itália, organizadas por Luigi Luzzatti, a partir de 1864.

Diferentemente das Caixas Rurais, que exigem responsabilidade solidária e ilimitada dos associados, as cooperativas de crédito tipo Luzzatti se distinguiram pela existência de "capital-social, dividido em quotas partes, acessíveis a tôdas as bolsas" e "responsabilidade pelos compromissos da Sociedade, limitada ao valor das quotas partes do capital que o associado se obrigou a realizar" (13).

No Estado de São Paulo, em 1964, encontramos uma única cooperativa de crédito agrícola tipo Luzzatti, localizada no município de Bauru. Sua base financeira é constituída pelo Capital e pelo Fundo de Reserva. Aquêlê é formado de pequenas quotas, subscritas e realizadas pelos associados. Das obras líquidas apuradas pelo balanço, são deduzidas as seguintes porcentagens:

- a — 10% para o Fundo de Reserva;
- b — Juros de 6% ao valor realizado das quotas partes;

(13) Pinho, Diva B. — Dicionário de cooperativismo, pg. 30.

c — 10% para o Fundo de Desenvolvimento.

O restante é devolvido aos associados (como retorno), na proporção das operações que efetuaram por intermédio da Cooperativa (14).

Nas operações de crédito agrícola terão sempre preferência:

- a — os empréstimos e descontos de menor valor;
- b — o crédito pessoal sobre o de garantia real;

c — as operações de curto prazo (15).

A área de atividades da cooperativa é limitada a um distrito ou município, podendo constituir-se de áreas de distritos confinantes, desde que formem uma unidade geoeconômica.

Com referência a essa cooperativa encontra-se nos dados constantes do Quadro 5, uma demonstração do seu desenvolvimento atual conseqüente da evolução progressiva dos últimos anos.

QUADRO 5. — Evolução da cooperativa de Crédito Agrícola Luzzatti — Dezembro/1964.

Banco de Crédito Agrícola de Bauru Ltda. — Ano da Fundação: 1959			
a) Anos	1960	1962	1964
b) Número de Associados	709	1048	1866
c) Capital: NCr\$			
Subscrito	6 610	8 605	14 321
Realizado	3 432	6 708	14 321
d) Depósitos Ncr\$			
De cooperados	61 985	567 351	1 916 761
De não cooperados	36 061	391 751	1 186 225
e) Empréstimos a Agricultores			
— número de operações	182	608	568
— valor total NCr\$	11 759	95 356	116 389
— valor médio NCr\$	65	57	205
f) Empréstimos a não agricultores			
— número de operações	162	480	2 103
— valor total NCr\$	11 128	67 640	257 320
— valor médio NCr\$	69	141	122

FONTE: Departamento de Assistência ao Cooperativismo — Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

Alguns aspectos devem ser ressaltados do exame do Quadro 5, que apresenta dados da única cooperativa de Crédito Agrícola tipo Luzzatti existente no Estado de São Paulo:

- (14) Art. 74.º e parágrafos dos Estatutos do Banco de Crédito Agrícola de Bauru Ltda.
- (15) Art. 20.º e parágrafo único dos Estatutos do Banco de Crédito Popular e Agrícola de Bauru Ltda.

- o substancial crescimento do seu quadro social;
- o crescimento do seu capital, paralelo ao do número de associados;
- e o grande vulto percentual dos depósitos de não cooperados, que representa uma fonte adicional de recursos para empréstimos.

4.3 — COOPERATIVAS DE CRÉDITO AGRÍCOLA

Este tipo de cooperativas obedece às normas comuns às cooperativas em geral, sem a caracterização da responsabilidade ilimitada das Caixas Rurais Raiffeisen ou “capital social dividido em quotas partes de pequeno valor” dos bancos populares tipo Luzzatti.

São organizações de responsabilidade limitada ao valor das quotas partes do capital que o associado se obrigou a realizar, podendo estas quotas serem de maior ou menor valor, de acordo com as possibilidades do associado.

Sua base financeira é formada pelo capital e pelo Fundo de Reservas; aquêle é subscrito e realizado pelos sócios, enquanto as reservas vão sendo constituídas com partes das sobras (mínimo de 10%) apuradas em cada exercício financeiro, sendo que o restante — deduzidas outras reservas e provisões legalmente obrigatórias — é distribuído aos associados, a título de retorno, na proporção do movimento anual de cada um.

O quadro social deve ser constituído por um mínimo de 60% de agricultores, os quais têm que provar essa qualidade.

As cooperativas de crédito agrícola e cooperativas de crédito popular e agrícola Luzzatti, possuem estrutura financeira e organização muito semelhantes.

4.3.1 — EVOLUÇÃO

No Quadro 6, são apresentados os resumos dos dados relativos à evolução do número de cooperativas de crédito do Estado — de 1944 a 1964 — assim como o número de sócios, capital subscrito e realizado e valor total dos empréstimos concedidos pelas mesmas.

Pelo mesmo quadro nota-se que, somadas as cooperativas da Capital e Interior relativas a 1944, temos 19 organizações que, comparadas ao total de 36 cooperativas existentes em 1964, representam pequeno aumento. Porém, é significativo o aumento do número de associados, que nos anos citados, de 8.154 (Capital e Interior) passaram para 39.763.

4.3.2 — COOPERATIVAS DE CRÉDITO AGRÍCOLA SEDIADAS NA CAPITAL

Em relação ao exercício de 1964, fêz-se um levantamento minucioso nos balancetes das cooperativas, tendo-se constatado grande disparidade principalmente nas porcentagens de empréstimos aos associados *agricultores* e a *não agricultores*, sendo que os seus dados são relacionados separadamente, para melhor se conhecer o grau de assistência dada ao agricultor por aquelas sediadas na Capital e pelas do Interior do Estado de São Paulo.

O Quadro 7, relaciona as entidades existentes em 1964, sediadas na Capital do Estado, incluindo dados referentes ao seu capi-

QUADRO 6. — Dados referentes ao movimento das Cooperativas de Crédito Agrícola do Estado de São Paulo, em funcionamento nos anos de 1944, 1954 e 1964.

	Cooperativas sediadas na Capital			Cooperativas sediadas no Interior		
	1944	1954	1964	1944	1954	1964
Número de Cooperativas	3	1	6	16	23	30
Número de Sócios	2 382	291	6 413	5 772	7 775	31 484
Capital em NCr\$						
Subscrito	498,6	4 135,4	96 590,2	10 153,7	28 426,9	405 430,7
Realizado	425,9	1 024,9	78 009,0	6 002,3	23 671,5	373 151,1
Empréstimos em NCr\$	480,1	939,5	3 830 916,0	30 991,3	101 832,3	11 369 772,9

FONTE: Departamento de Assistência ao Coeoprativismo — Secretaria da Agricultura do Estado de S. Paulo.

QUADRO 7 — Cooperativas de Crédito Agrícola em funcionamento, sediadas na Capital — Dezembro/1964.

Nome das Cooperativas	Data Org.	N.º de Assoc.	Capital NCr\$	
			Subscrito	Realizado
Bco. Agr. Vale do Paranapanema — Coop. Central	1954	608	19 292	18 166
Bco. Agr. Sul Oriental	1955	945	7 124	5 323
Bco. da Lavoura de S. Paulo	1956	478	9 006	7 786
Bco. Agr. Ind. de S. Paulo *	1957	1 271	10 424	10 424
Bco. Agrário Financ. Soc. Coop.	1957	582	16 085	16 085
Bco. do Desenv. Agro Ind. — Coop. Central	1958	2 529	34 661	20 225
Total		6 413	96 592	78 009

* Movimento até agosto somente.

tal subscrito e realizado, bem como o número de associados de cada uma.

Estão relacionados a seguir, alguns dados referentes ao movi-

mento financeiro das cooperativas de Crédito Agrícola da Capital, extraídos de seus balancetes, referentes ao exercício de 1964:

A — EMPRÉSTIMOS

1 — a agricultores:		
número de operações		513
Valor total	NCr\$	106 233,00
Valor médio	NCr\$	207,10
2 — a não agricultores:		
número de operações		3 991
Valor total	NCr\$	3 724 683,10
Valor médio	NCr\$	933,30

B — DEPÓSITOS

de cooperados	NCr\$	24 925 882,70
de não cooperados	NCr\$	16 085 158,50

C — RETORNO A DISTRIBUIR	NCr\$	19 371,20
D — INSUFICIÊNCIAS	NCr\$	35 325,30

Ressaltam do exame dos dados acima dois pontos importantes: a enorme discrepância entre os empréstimos feitos a agricultores e a não agricultores e o grande vo-

lume representado pelos depósitos de não cooperados.

O primeiro ponto reflete, em parte, a não observância estrita das finalidades dos órgãos coo-

QUADRO 8. — Cooperativas de Crédito Agrícola em funcionamento, sediadas no Interior do Estado.

NOME DAS COOPERATIVAS	Municípios	Data organi- zação	Dezembro de 1964		
			N.º de Associados	Capital em NCr\$	
				Subscrito	Realizado
Bco. Créd. Agr. e Pop. de Pôrto Feliz Ltda.	Pôrto Feliz	1931	510	6 986,0	3 386,2
Bco. Agr. de Sta. Rita do Passa Quatro	S. Rita Passa Quatro	1936	1 020	10 934,0	10 934,0
Bco. de Ipaucú, Soc. Cooperativa	Ipaucú	1939	475	3 095,0	2 911,5
Coop. Créd. Agr. e Pop. de Grama Ltda.	Gramma	1941	206	582,1	582,1
Bco. Marília, Coop. Regional Crédito	Marília	1942	2 806	15 527,9	15 527,9
Coop. Créd. Agr. de Sta. Branca	Sta. Branca	1943	930	2 338,9	2 102,6
Coop. Créd. Agr. de Guarantan Ltda.	Guarantan	1945	403	2 836,4	2 836,4
Bco. Créd. Pop. Agr. José Bonifácio Ltda.	José Bonifácio	1945	423	1 263,5	1 263,5
Bco. Agr. Nac. Coop. Central de Crédito	Birigui	1945	4 559	27 706,5	27 706,5
Bco. Torrinha, Soc. Coop. Central	Torrinha	1946	2 003	43 000,0	24 057,6
Coop. Créd. Agr. de Brotas	Brotas	1946	473	5 161,5	5 161,5
Coop. Créd. Agr. de Valparaiba	Cachoeira Paulista	1947	1 555	18 402,7	18 130,2
Coop. Créd. Agr. de Dois Córregos	Dois Córregos	1948	113	582,5	582,5
Coop. Créd. Agr. de Itirapina	Itirapina	1954	817	5 691,2	5 691,2
Bco. Agr. Mirassol Resp. Ltd. Soc. Coop.	Mirassol	1954	1 038	11 299,0	11 299,0
Bco. Agr. Cooperativo de Oriente	Oriente	1954	331	7 246,0	7 246,0
Bco. Agro-Ind. Jundiáense	Jundiá	1956	111	3 384,0	1 234,0
Coop. Créd. Agr. Patrocínio Paulista	Patrocínio Paulista	1956	395	6 844,2	6 591,2
Bco. Créd. A Prod. e Melh. Ltda.	Avaré	1956	1 430	55 530,4	54 463,4
Coop. Créd. Agr. Bco. do Peq. Agricultor	Presidente Prudente	1956	34	3 916,2	3 916,2
Bco. Coop. Créd. Agr. Tupam Resp. Ltda.	Tupã	1956	831	13 031,2	13 031,2
Bco. Créd. Agro-Pec. S. Coop. Resp. Ltda.	Bauru	1957	2 291	25 000,0	24 996,0
Bco. Agr. Ser. Negra, Soc. Coop. Central	Serra Negra	1957	335	6 926,0	5 336,9
Bco. de Ribeirão Preto, Soc. Coop.	Ribeirão Preto	1957	3 355	34 702,0	34 702,0
Coop. Créd. Agr. de Andradina	Andradina	1958	1 738	16 739,0	16 590,5
Coop. Créd. Agr. de Ibirapuera	Inúbia Paulista	1958	422	2 395,0	2 395,0
Coop. Créd. Agr. de Sto. André	Santo André	1958	371	2 837,3	2 837,3
Bco. Créd. Vale do Mogi, Soc. Coop.	Leme	1959	793	6 317,0	6 009,3
Coop. Créd. Agr. de Taquaritinga	Taquaritinga	1959	1 318	59 445,0	56 548,8
Bco. Créd. Agr. Veracruzense	Vera Cruz	1961	398	5 710,0	5 080,3
Total			31 484	405 430,7	373 151,0

FONTE: Departamento de Assistência ao Cooperativismo — Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

perativos sediados na Capital, cujo maior volume de empréstimos deveria ser feito a agricultores. Atente-se ainda ao fato de que algumas cooperativas também se dedicam ao crédito popular e industrial, além do agrícola. (16)

Em relação aos depósitos de não cooperados, deixamos para comentá-los mais adiante, no item comentário 5.1 (pg. 35) deste trabalho.

Quanto às insuficiências (prejuízos ou perdas anuais) apresentadas pelas cooperativas de crédito

agrícola da capital (NCr\$ 35 325,30) também são muito maiores que as do interior, proporcionalmente.

4.3.3 — COOPERATIVAS DE CRÉDITO AGRÍCOLA SEDIADAS NO INTERIOR (17)

O quadro 8 relaciona as cooperativas de crédito do Interior do Estado, que se achavam em funcionamento em 1964 e fornece os dados referentes ao capital — subscrito e realizado — e o número de associados.

A — EMPRÉSTIMOS

1 — a agricultores:

número de operações	23 228
Valor total	NCr\$ 6 629 325,70
Valor médio	NCr\$ 285,40

2 — a não agricultores:

número de operações	23 724
valor total	NCr\$ 4 740 447,30
valor médio	NCr\$ 199,80

B — DEPÓSITOS

de cooperados	NCr\$ 41 092 056,40
de não cooperados	NCr\$ 37 569 724,50

D — RETORNO A DISTRIBUIR NCr\$ 50 582,40

E — INSUFICIÊNCIAS

	NCr\$ 7 949,40
--	----------------

É conveniente ressaltar alguns pontos: 1) as cooperativas de crédito agrícola, sediadas no Interior do Estado, apesar da exigüidade do capital — cerca de

430 mil cruzeiros novos — forneceram financiamento a agricultores num total de NCr\$ 6 629 325,70, além dos NCr\$ 4 740 447,20 fornecidos a

(16) Além do total de NCr\$ 106 233,00 em empréstimos a agricultores, por cooperativas da Capital, tivemos, ainda, em relação a 1964 a importância de NCr\$ 604 652,30, em 692 operações, cedidas a agricultores, pelos seguintes Bancos Populares, sediados na Capital: Bco. de Crédito da Metrópole, Coop. Bco. de Crédito Pop. Sorocabano, Soc. de Créd. Pop. da Cap. Bandeirante, Bco. Econ. de S.P. S.A. — Coop. Resp. Ltda. Coop. de Créd. Pop. Cap. Bandeirante — S. Resp. Ltda.; C. Créd. Pop. Catanduva.

(17) Dada à representatividade que estas cooperativas têm em função do financiamento a agricultores, esta Dv.E.R. procedeu a levantamento mais aprofundado, tendo em vista a distribuição do crédito pela produção, área de terra e nacionalidade de associados etc.

não agricultores; 2) o valor médio de cada empréstimo a agricultor foi de NCr\$ 285,40. Observe-se, ainda, que o baixo valor médio dos empréstimos, está relacionado ao curto prazo pelo qual são concedidos. Outro fator a considerar é a evidência, apurada em inúmeras entrevistas informais, de que a grande maioria desses financiamentos destina-se à comercialização dos produtos.

4.3.4 — QUADRO SOCIAL

Em levantamento feito sobre a nacionalidade dos associados na época da fundação das cooperativas de crédito agrícola (Quadro 9) constatou-se, diferentemente do que se poderia esperar, que a

maioria dos mesmos era composta por brasileiros. Isto porque o cooperativismo, de modo geral, teve no Estado de São Paulo, sua consolidação dada pelos japoneses. E seria de se esperar uma grande representatividade desta nacionalidade dentro das cooperativas de crédito. Porém, os japoneses, em sua maioria, recebem os benefícios do crédito cooperativo através das Seções de Crédito das Cooperativas Mistas. ⁽¹⁸⁾

No referido Quadro 9, é feita a demonstração da nacionalidade dos sócios na época da fundação das cooperativas de crédito, comparando-se com o existente em 1964.

QUADRO 9. — Distribuição da nacionalidade dos associados das Cooperativas de Crédito Agrícola do Interior do Estado

Nacionalidades	número de sócios			
	fundadores	%	Dezembro 1964	%
Brasileiros	2 970	78	28 010	89
Italianos	228	6	934	3
Japoneses	380	10	1 249	4
Espanhóis	38	1	304	1
Portuguêses	114	3	619	2
Outros	78	2	368	1
Total	3 808	100	31 484	100

QUADRO 10. — Distribuição dos empréstimos feitos pelas Cooperativas de Crédito Agrícola do Interior — Janeiro/Dezembro/1964

Produtos ou atividades	NCr\$	Produtos ou atividades	NCr\$
Pecuária	398 208	Café	202 791
Cana	287 223	Milho	160 301
Algodão	280 109	Feijão	68 029
Arroz	220 212	Laranja	39 362
Amendoim	203 471	Batata	18 376

(18) Ver Quadro 11, da página 33 deste trabalho.

4.3.5 — DISTRIBUIÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS PELAS PRINCIPAIS LAVOURAS DE COOPERADOS

No levantamento procedido por esta Dv.E.R., junto a 15 cooperativas de Crédito Agrícola do Interior, inclusive as duas Caixas Rurais Raiffeisen, foi pesquisada a destinação dos empréstimos feitos em função do financiamento de alguns produtos apresentados no Quadro 10, referente ao ano de 1964.

A maioria dos financiamentos relacionados no Quadro 10, assim como a maioria dos empréstimos das cooperativas de crédito do Interior é dada pelo prazo de 90 dias, mas há casos, como o da Cooperativa de Crédito Agrícola e Popular de Grama Ltda., (S. Sebastião da Grama) e do Banco de Crédito "Vale do Mogi Sociedade Cooperativa" (Leme), onde o limite de 180 dias foi o mais utilizado no ano de 1964.

De acordo com as respostas dadas a este mesmo inquérito, o instrumento mais utilizado foi a nota promissória, seguida em utilização bem mais reduzida, pela nota de crédito rural.

4.4 — SEÇÃO DE CRÉDITO DAS COOPERATIVAS MISTAS

Consideram-se cooperativas mistas aquelas sociedades que têm por objetivo um conjunto de operações que se enquadram nas atividades de duas ou mais

categorias daquelas mencionadas no Art. 21 do Decreto n.º 22 239/32. ⁽¹⁹⁾

No Estado de São Paulo, dentro do setor agropecuário, são encontradas cooperativas mistas, isto é, cooperativas que abrangem mais de uma atividade, como sejam: vendas em comum, compras em comum, consumo e crédito, dentro das seguintes categorias: agrícolas mistas, agropecuárias, cafeicultores, fruticultores, laticínios, plantadores de algodão e plantadores de cana. Estas cooperativas contam sempre com financiamentos substanciais dos bancos oficiais e também, dos particulares; além disso, recebem a produção de seus associados e realizam as operações de venda em comum, resultando em um substancial movimento financeiro, reforçando assim os recursos provenientes do capital, e tendo, na distribuição do crédito, um dos principais fatores do associativismo.

Em 15 cooperativas mistas relacionadas no Quadro 11 e com alguns dados referentes, apurou-se que, no ano de 1964, foram realizadas 18 508 operações de crédito a agricultores, num total de NCr\$ 15 295 135,40 dando uma média de NCr\$ 826,40 por empréstimo.

Por estes resultados, fica evidenciada a importância da atividade das Seções de Crédito das Cooperativas Mistas, no financiamento rural, sendo de se destacar

(19) Art. 21 — Dec. 22 239/32: «As sociedades cooperativas podem se classificar nas seguintes categorias principais: Cooperativas de: 1) produção agrícola; 2) produção industrial; 3) de trabalho; 4) beneficiamento de produtos; 5) compras em comum; 6) vendas em comum; 7) consumo; 8) abastecimento; 9) crédito; 10) seguros; 11) construção de casas populares; 12) editôras e de cultura intelectual; 13) cooperativas escolares; 14) cooperativas mistas; 15) cooperativas centrais; 16) cooperativas de cooperativas (federações).

QUADRO 11. — Relação de 15 cooperativas mistas com seção de crédito, data de organização, montante de Empréstimos (ano de 1964) e nacionalidades.

COOPERATIVAS	Data organi- zação	Emprésti- mos a agri- cultores 1964 NCr\$	N.º de opera- ções	A S S O C I A D O S							
				Brasileiros		Japonêses		Outros (1)		Total	
				na fun- dação	Dez. 1964	na fun- dação	Dez. 1964	na fun- dação	Dez. 1964	na fun- dação	Dez. 1964
Coop. Agr. de Cotia	1927	11 495 816,8	8 191	—	4 282	83	6 378	—	457	83	11 117
Coop. Agr. Central «Sul-Brasil»	1929	1 820 900,1	3 715	—	2 662	49	3 356	—	238	49	6 046
Coop. Agr. Mista de Cafelândia	1932	174 835,8	502	—	37	97	66	—	5	97	108
Coop. Central Agr. de S. Paulo	1934	607 464,9	891	—	570	5	604	—	46	5(2)	1 222(3)
Coop. Agr. Fazenda Tietê	1934	18 196,5	82	—	36	218	167	—	—	218	203
Coop. de Lat. de S. Carlos	1937	9 410,2	34	14	317	—	—	6	21	20	338
Coop. Agr. Mista de Assis Ltda.	1939	58,2	1	14	34	—	—	21	70	35	104
Coop. Agr. de Marília	1939	49 026,8	260	—	92	103	56	—	4	103	152
Coop. Agr. Fazenda Aliança ...	1939	90 338,0	205	5	25	65	158	—	—	70	183
Coop. Agr. Mista de Tupan ...	1941	192 894,7	2 440	—	1 064	81	330	—	86	81	1 480
Coop. Plant. Cana E. S. Paulo	1948	472 639,7	1 340	92	3 352	—	5	—	215	92	3 572
Coop. Agr. de Campinas	1953	930,0	8	3	117	52	332	—	7	55	448
Coop. Agr. Mista Aspase	1953	205 447,7	706	3	10	27	53	—	—	30	63
Coop. Agr. de São Carlos	1956	90 251,0	133	57	726	—	27	2	44	59	797
Coop. Plant. Cana Centro E.S.P.	1957	66 925,0	(4)	103	518	1	5	3	42	107	565
Total		15 295 135,4	18 508	291	13 842	781	11 537	32	1 235	1 104	26 398
Porcentagem s/ o total (fund.e Dez. 1964)					26,35	52,40	70,74	43,60	2,91	4,00	

(1) Incluídas 27 nacionalidades; (2) Constam aqui apenas os sócios singulares. Havia mais 11 cooperativas filiadas; (3) Constam aqui apenas os sócios singulares. Existem mais 30 cooperativas filiadas; (4) Número exato indeterminado.

dêsse total, as parcelas de crédito fornecidas pela Cooperativa Agrícola de Cotia a cerca de 8 000 agricultores — somando mais de 11 milhões de cruzeiros novos; a Cooperativa Central Agrícola “Sul-Brasil”, que realizou mais de 3 700 operações de crédito num montante de quase 2 milhões de cruzeiros novos; e a Cooperativa Central Agrícola de São Paulo, que distribuiu mais de seiscentos mil cruzeiros novos em 891 operações.

As seções de crédito fornecem empréstimos unicamente para aplicação no desenvolvimento da produção ou comercialização dos produtos agrícolas em geral.

4.4.1 — QUADRO SOCIAL

Na distribuição de nacionalidades do Quadro 11, pode-se verificar a alta porcentagem de japoneses na fundação de antigas cooperativas, hoje transformadas em poderosas organizações, como as cooperativas Agrícola de Cotia, Central Agrícola “Sul-Brasil”, Central Agrícola de São Paulo e outras.

Note-se que, das cooperativas agrícolas mistas enumeradas no Quadro 11, cinco das mais antigas em funcionamento no Estado de São Paulo — onde se acham as cooperativas relacionadas no parágrafo anterior — foram fundadas exclusivamente por japoneses, sendo possível que boa parte dos brasileiros a elas associados em 1964, seja composta por descendentes também de japoneses.

As cooperativas mistas relacionadas no Quadro 11 não são as únicas a operar no fornecimento de crédito aos agricultores. Existe um grande número de modalidades de crédito em outras cooperativas — que ainda não conse-

guimos apurar devidamente. É de se ressaltar, no entanto, a diversificação das formas de crédito, prazo e finalidades, o que demandará bastante tempo, para um estudo completo de conjunto, nesta categoria.

5. — ESTRUTURA LEGAL

A estrutura legal do crédito cooperativo rural é dada pelos Decretos Leis 22 239 de 19.12.1932, completado pelo de número 581 de 1.8.1938, que definem, especificam suas atribuições, estabelecem seus limites de ação e o subordinam a órgãos controladores e orientadores.

Com o advento da Lei 4 595 de 31.12.64, que deu nova estrutura ao sistema financeiro do país, foram introduzidas modificações naqueles decretos, especialmente quanto à subordinação e ao controle dos órgãos creditícios cooperativistas, anteriormente atribuídos a repartições do Ministério da Agricultura e Superintendência da Moeda e do Crédito — SUMOC.

A nova legislação integrou as organizações de crédito cooperativo neste novo sistema financeiro nacional, reservando-lhe lugar em duas comissões consultivas do Conselho Monetário Nacional, ou seja, a Comissão Bancária e a Comissão de Crédito Rural. A partir de então, deixaram estes órgãos de crédito de serem subordinados e orientados em duplicidade, e passaram a sê-lo exclusivamente pelo Banco Central da República, ficando, desta maneira, em igualdade com as demais instituições financeiras.

Dentro deste novo regime legal, algumas medidas foram tomadas

pelo Banco Central da República, as quais afetaram as entidades cooperativistas de crédito. E, dentre estas, notadamente aquelas contidas nas Resoluções números 11, 15 e 27, adiante resumidas:

- não mais podem usar a palavra “Banco” em sua denominação; ⁽²⁰⁾
- não podem ter, em sua administração, “pessoas que participem da administração ou detenham mais de 10% do capital de qualquer outra instituição”; ⁽²¹⁾
- só podem receber depósitos de: associados, funcionários da própria cooperativa e instituições de caridade, religiosas, científicas, educativas e culturais, beneficentes ou recreativas, das quais participem apenas associados ou funcionários da própria cooperativa; ⁽²²⁾
- não podem conceder empréstimos a associados “sem observância do prazo de 30 (trinta) dias, contados da respectiva admissão”; ⁽²³⁾
- deverão encerrar, até 30.9.67, todas as contas de depósitos, que estiverem em desacôrdo com o item II da Resolução 27; ⁽²⁴⁾
- não podem ter pessoas jurídicas em seu quadro social ⁽²⁵⁾.

5.1 — CONSEQUÊNCIAS DAS RESOLUÇÕES ADOTADAS PELO BANCO CENTRAL DA REPÚBLICA

Das medidas adotadas pelo Banco Central da República e atrás enunciadas, as que repercutiram mais desfavoravelmente entre as cooperativas de crédito e caixas rurais Raiffeisen, foram as que se referem à proibição de receber depósitos de não associados e o conseqüente encerramento dessas contas até 30.9.67; a não existência de pessoas jurídicas em seu quadro social e a instituição do prazo de carência de 30 dias para concessão de empréstimo a associados recém-admitidos.

Na verdade, existe forte razão para que as cooperativas de crédito rural se ressentam do impedimento de depósitos de não cooperados, pois êstes constituem quase 50% nas cooperativas de crédito do Interior e 40% nas da Capital, conforme dados apresentados nos ítems 4.3.2 e 4.3.3 deste trabalho.

A obrigação de devolução desses saldos, portanto, vem reduzir substancialmente importante fonte de suprimentos de empréstimos aos cooperados.

Outra proibição “a não existência de pessoa jurídica em seu quadro social” . . . afasta a possibilidade de movimentação de importantes fundos de pequenos e médios comerciantes, industriais, companhias agropecuárias etc, que, a partir de então, serão cana-

(20) letra «a», item IV da Resolução 11

(21) item II da Resolução 11

(22) item II da Resolução 27

(23) item IV da Resolução 27

(24) item III da Resolução 27

(25) item III da Resolução 27

lizados para os bancos particulares.

Ainda outra medida — que afeta de modo geral a tôdas as fontes de crédito cooperativo — é a exigência de carência de 30 dias, ao recém associado, para obtenção do empréstimo. Esse é um grande obstáculo para as atividades normais da cooperativa, pois é sabido que nossos agricultores sediados na zona rural e que demandam em busca de financiamento, em geral deixam as providências necessárias para última hora, mormente em se tratando de pequenos e inexperientes agricultores.

As medidas adotadas pelo Banco Central da República trouxeram grande desânimo aos dirigentes das organizações de crédito cooperativo e aos partidários do cooperativismo em geral.

A defesa principal destes setores consiste em chamar a atenção das autoridades competentes, para o fato de que crédito cooperativo e bancos particulares são duas instituições cujos interesses se chocam, e, portanto, não podem permanecer subordinados a um mesmo órgão de fiscalização e orientação.

O Banco Central da República no entanto, parece ter os seguintes propósitos: 1) considerar as fontes de crédito cooperativo como entidades meramente mutualistas; 2) manter tôdas as fontes de crédito rural sob a subordinação e orientação de um mesmo órgão, pois somente desta maneira julga ser possível obter-se uma maior visão de conjunto sobre o problema, para a orientação de uma política de crédito rural cada vez mais adequada à nossa realidade.

6 — ÓRGÃOS CREDITÍCIOS QUE ATENDEM ÀS COOPERATIVAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

O capital e reservas de que dispõem as cooperativas, raramente são suficientes para fazer face a tôdas suas necessidades de numerário a ser aplicado nos financiamentos e empréstimos aos cooperados, ou nos seus empreendimentos, o que as leva a procurar êsses recursos em organismos oficiais ou particulares de crédito.

O Banco Nacional de Crédito Cooperativo — por sua finalidade específica — o Banco do Brasil S. A. (por sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, a CREAL), o Banco do Estado de São Paulo S. A. e tôda a rede de Bancos particulares, constituem êste tipo de órgãos creditícios.

6.1 — BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO

Embora as cooperativas de Crédito Agrícola tenham sido mantidas fora do plano de aplicações do BNCC, as demais cooperativas rurais vêm recebendo dêle substanciais financiamentos, os quais são distribuídos aos cooperados por meio das Seções de Crédito destas últimas.

Assim sendo, é interessante fazer uma rápida exposição sobre a natureza dessa entidade de crédito, com alguns dados sobre suas atividades.

Foi criado pela Lei 5893, de 19.10.43 (artigos 104 a 118) com a denominação de Caixa de Crédito Cooperativo, sob regime autárquico, destinando-se ao financiamento e fomento do cooperativismo no território nacional. Sua instalação, entretanto, só se

deu em 1945, com um crédito inicial de 300 mil cruzeiros novos. Até 1951 o capital deste Banco foi integrado apenas por verbas federais.

Pela Lei 1 412, de 13.8.51, recebeu o atual nome de BNCC, passando seu capital a ser integrado, também, por quotas subscritas pelas cooperativas, donde a origem da discussão sobre a exata conceituação do organismo, se autarquia ou se sociedade de economia mista.

Essa anomalia foi sanada pelo Decreto 52 093, de 4.6.63, que formalizou sua natureza como "sociedade de economia mista vinculada ao Ministério da Agricultura, com personalidade jurídica própria, gozando de autonomia administrativa e financeira" (Art. 1.º) e definiu sua finalidade como sendo para "proporcionar assistência creditícia, financeira e técnica às Cooperativas, Federações e Confederações de Cooperativas, em funcionamento no país, devi-

damente registradas no Ministério da Agricultura" (Art. 4.º).

O capital do BNCC (acrescido das reservas) sofreu grandes modificações, cujos totais de 1954 a 1965, vão apresentados no Quadro 12. Este aumento de capital e reservas deve-se aos sucessivos reforços federais e às subscrições de quotas pelas cooperativas. Também pelo Quadro 12 vê-se o montante de distribuição de financiamento a cooperativas nos anos indicados, juntamente com o número de cooperativas atendidas.

Pelo mesmo quadro fica demonstrado — com montante de capital comparado ao montante de empréstimos — que a mecânica operacional do BNCC se baseia em empréstimos a curto prazo e, ao mesmo tempo, procurando atender ao número máximo de cooperativas. O ano de 1965, representa o ponto mais alto desta política de empréstimos, podendo-se ver que, com NCr\$ 8.704.916,30 o Banco fez NCr\$ 47 560 317,80 de financiamentos a 520 cooperativas.

QUADRO 12 — Movimento do BNCC relativo ao montante de capital e reservas, total de empréstimos e número de cooperativas financiadas — Brasil.

Ano	NCr\$ 1 000		Número de cooperativas financiadas
	Capital e Reservas	Empréstimos	
1954	535,9	334,2	—
1963	1 650,6	4 263,2	247
1964	4 531,1	15 321,6	365
1965	8 705,0	47 560,3	520

FONTE: Relatórios do BNCC

ATIVIDADES DO BNCC

De acôrdo com o relatório anual do Banco, seu capital, acrescido das reservas, em 1964 e

1965, estava constituído e integrado da seguinte maneira:

	1964	1965
	NCr\$ milhões	NCr\$ milhões
Pela União	2,80	2,80
Pelas cooperativas	0,18	0,18
Reservas (fundos diversos)	1,50	5,70
Total	4,50	8,70

O Banco Nacional de Crédito Cooperativo redistribuiu o crédito através de suas agências, que têm, em sua maioria, área de ação regional. Sua clientela é formada unicamente por cooperativas, quer sejam de 1.º, 2.º e 3.º graus, as quais distribuem o crédito entre seus associados. No ano de 1964 contava o Banco com 11 Agências, as quais deram assistência a 365

cooperativas, compreendendo .. 403 292 cooperados.

Pelo exame do Quadro 13 pode-se observar a distribuição das aplicações do BNCC nas diversas atividades, destacando-se as atividades agrícolas com 33,02% do valor dos empréstimos, seguida da produção de Laticínios com 21,24%, abrangendo as duas mais de 50% dos empréstimos do Banco.

QUADRO 13 — Financiamentos distribuídos por atividades das cooperativas assistidas pelo BNCC — Brasil

Atividades	1964		1965	
	NCr\$ milhares	%	NCr\$ milhares	%
Agrícolas	5 054,70	33,02	12 739,00	26,80
Laticínios	3 252,30	21,24	8 777,30	18,50
Industriais	1 566,30	10,23	4 604,50	9,40
Agropecuárias	1 410,40	9,20	7 833,40	16,40
Consumo	1 305,50	8,52	3 345,60	7,03
Produtos Suínos	992,60	6,47	2 798,60	6,00
Agrícolas Mistas	857,60	5,59	4 703,00	10,00
Pesca	330,80	2,15	1 200,00	2,60
Avícolas	311,10	2,03	1 489,90	3,10
Crédito Agrícola	199,00	1,29	64,00	0,16
Crédito Urbano	41,30	0,26	5,00	0,01
Total	15 321,60	100,00	47 560,30	100,00

FONTE: Relatórios de 1964 e 1965 — BNCC

Quanto às unidades da Federação beneficiadas por estes empréstimos, verifica-se, pela demonstração abaixo, que o Estado

de São Paulo ocupa o primeiro lugar, seguido do Rio Grande do Sul e Minas Gerais:

	1964		1965	
	NCr\$ milhares	%	NCr\$ milhares	%
São Paulo	4 730,00	32	12 884,90	27
Rio Grande do Sul	3 428,80	22	10 064,90	21
Minas Gerais	3 161,30	20	8 595,30	18
Outros	4 001,50	26	16 015,20	34
Total	15 321,60	100	47 560,30	100

Comparando-se êstes dados com aquêles apresentados no Quadro 13, observa-se perfeita correlação entre os fatos de terem sido as atividades agrícolas (Quadro 13) e o Estado de São Paulo (dados atrás) os mais beneficiados pelo financiamento do BNCC. Isto porque, aqui estão localizadas poderosas cooperativas agrícolas, tais como: Agrícola de Cotia, Sul-Brasil e Central Agrícola do Estado de São Paulo, as quais, como demonstra o Quadro 11 (pg. 33) possuem grande movimento de empréstimos a cooperados.

Em São Paulo, no exercício de 1964, segundo dados obtidos junto ao BNCC, apurou-se a seguinte distribuição de empréstimos, por categoria de cooperativas:

	Porcentagens
Agrícolas	72%
Agropecuárias	4%
Laticínios	13%

Avícolas	3%
Pesca	8%

6.2 — BANCO DO BRASIL S.A.

Outra fonte de recursos de que se vale o Crédito Cooperativo Rural é o Banco do Brasil S.A., seja por financiamento às cooperativas — que é o caso mais comum — ou seja por financiamento direto ao cooperado mediante aval da Cooperativa.

Não foi possível apurar, entretanto, a parcela financiada às Cooperativas de Crédito Rural, Caixas Rurais ou Seções de Crédito, razão pela qual os dados apresentados nos Quadros 14 e seguintes se referem globalmente a tôdas às cooperativas rurais.

Êste Banco opera através de sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial — CREAM — podendo-se observar, no Quadro 14, a evolução de empréstimos concedidos a cooperativas em todo o país.

QUADRO 14 — Créditos concedidos a cooperativas pelo CREAM — Brasil

Contratos realizados:	1954	1963	1964	1965
número	142	368	384	330
Valor: NCr\$ 1 000	789	11 648	38 142	34 238

FONTE: Relatórios do CREAM — Banco do Brasil S. A.

A distribuição dos financiamentos concedidos pela CREAM, pelos Estados da Federação, nos exercícios de 1964 e 1965, foi a seguinte:

	1964		1965	
	NCr\$ milhares	%	NCr\$ milhares	%
Rio Grande do Sul	24 252	64	21 270	62
Pernambuco	3 383	9	818	3
Alagoas	3 221	8	3 922	11
São Paulo	2 669	7	1 929	6
Outros	4 617	12	6 299	18
	<u>38 142</u>	<u>100</u>	<u>34 238</u>	<u>100</u>

O maior beneficiado foi o Rio Grande do Sul, com NCr\$. . . 24 252,00 em 1964 e NCr\$ 21 270,00 em 1965, sendo que, destes totais, apurou-se que, cêrca de 45% encaminharam-se para o financiamento do arroz e 30% para a lã.

6.3 — OUTROS BANCOS

A participação de outros Bancos no financiamento ao Crédito Rural é indiscutível, embora sua apuração apresente dificuldades muito grandes.

Para dar uma idéia do grau dessas dificuldades apurou-se que, sômente a Cooperativa Central Agrícola de São Paulo mantém operações diversas com cêrca de 17 Bancos diferentes, muitos dos quais abrem-lhe suas Carteiras de Crédito Agrícola.

7 — CONCLUSÃO

À vista dos dados apresentados, algumas considerações são necessárias:

1 — O poder de penetração do crédito cooperativo oferece condições satisfatórias para que os benefícios de crédito possam alcançar os pequenos lavradores e pecuaristas, pela permeabilidade dos recursos financeiros através das sociedades cooperativas em que se congregam.

2 — Entre os lavradores japoneses, como ficou demonstrado no decorrer do trabalho, o crédito cooperativo é longamente utilizado, através das seções de crédito das cooperativas mistas.

Porém, entre nós brasileiros, o baixo nível de compreensão por parte das populações rurais das vantagens do associativismo para

a solução dos problemas dessa natureza, tem dificultado a difusão em grande escala, do crédito cooperativo.

3 — Outros fatores a serem considerados são os de financiamentos puro e simples através de notas promissórias, distribuídos pelas cooperativas de crédito e caixas rurais, associações estas que poderiam dar também aos cooperados meios próprios de comercialização dos produtos, auxiliando desta forma o produtor a libertar-se de atravessadores ou intermediários.

4 — No entanto, apesar das falhas apresentadas na distribuição do crédito rural, pelo sistema cooperativo, é preciso convir que nenhum Banco sem a organização, as finalidades e a experiência das instituições de crédito cooperativo, poderá chegar até os pequenos lavradores na medida exata das suas necessidades. Isto porque, as operações bancárias mais comuns se fundam na existência de informações cadastrais diretas, e estas estão fundamentadas na experiência e tradição, trazendo obstáculos ao lavrador que ainda não tenha recorrido ou obtido crédito bancário. As operações de pequenos lavradores com bancos mercantis são entravadas por essas exigências, razão porque, só obtêm recursos de crédito os grandes proprietários rurais com firme tradição de negócios e que possam oferecer garantias sólidas.

5 — Finalmente, a recomendação política sugerida, com base nesta pesquisa, seria maior amparo governamental às instituições cooperativas creditícias rurais, para o seu mais amplo desenvolvimento por tôdas as regiões do Estado, a fim de que o maior nú-

mero possível de produtores rurais pudesse se beneficiar deste sistema de crédito. Nesse apoio governamental, na medida em que novos benefícios fossem concedidos ao crédito cooperativo, estaria implícita uma fiscalização mais eficiente no sentido de serem observadas estritamente suas finalidades pelas cooperativas.

BIBLIOGRAFIA

1. BULGARELLI, W. — Tratado Geral de Crédito Cooperativo. São Paulo. Editora Clássico-Científica. 1965. 450 p.
2. FINANCING FARMER COOPERATIVES — FCS Educational Circular 5 — Farmer Cooperative Service — U.S. Department of Agriculture.
3. GARDNER, KELSEY B. — Managing Farmer Cooperatives. Washington. U.S. Department of Agriculture, Farmer Cooperative Service, Educational Circular 17, 1963. 15 p.
4. PINHO, DIVA B. — Dicionário de Cooperativismo. 2.a Edição. São Paulo, Gráfica da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. 1962. 243 p.
5. PINHO, DIVA B. — Cooperativas e Desenvolvimento Econômico. São Paulo. 1962. 285 p.
6. PURSELL, ARTHUR H. — Rural Credit Unions in the United States. Washington. U.S. Department of Agriculture, Farmer Cooperative Service, 1958.
7. Sul-Coop. Cooperativismo. Pôrto Alegre (R.G.Sul). Secretaria dos Negócios da Economia, Órgão da Diretoria de Assistência ao Cooperativismo. 1965. 21 p.

ANEXO 1. — Movimento Financeiro das Cooperativas de Crédito Agrícola, Caixas Rurais e Cooperativas de Crédito Popular, em funcionamento em 31 de Dezembro de 1941.

NOME DAS COOPERATIVAS	Data organi- zação	N.º de Associa- dos	CRUZEIROS NOVOS				
			Capital		Empré- stimos	Result. do Exerc.	
			Subscrito	Realizado		retôrno	insufic.
Crédito Agrícola — Interior							
C. Créd. de Itapetininga Ltda.	1928	96	78,1	54,3	317,7	2,6	—
C. Bco. Créd. Agr. e Pop. Pôrto Feliz Ltda.	1931	165	100,5	86,6	603,6	—	—
C. de Crédito Agrícola de Sta. Rita do Passa Quatro	1936	108	58,3	34,7	86,9	0,3	—
C. Créd. Bco. Agr. de Pirassununga Ltda.	1937	244	341,5	329,0	187,6	—	215,7
Bco. Créd. Agrícola e Pop. de Itapetininga	1937	90	64,3	52,5	181,4	—	—
C. de Crédito Agrícola de Angatuba	1937	83	53,7	34,3	29,1	0,3	—
Banco de Boituva Sociedade Cooperativa	1937	57	15,6	11,3	—	—	5,7
Banco Agrícola de Indaivatuba	1937	54	19,0	18,8	18,7	—	11,1
C. Créd. Agr. Bco. de Tatuí Ltda.	1938	181	103,5	80,4	202,2	—	—
C. de Crédito Agrícola Banco de Cananéia	1938	14	102,0	15,6	—	—	2,7
Banco de Ipaçu Sociedade Cooperativa	1939	94	120,0	61,2	394,8	10,2	—
C. de Créd. Agric. de São Bento do Sapucaí Ltda.	1939	182	64,4	57,8	660,8	—	—
C. de Crédito Agrícola de Bebedouro	1940	61	67,3	4,9	—	—	—
C. de Crédito Agrícola de Lins	1940	33	10,7	8,6	—	—	—
C. de Créd. Agrícola de São Luiz do Paraitinga	1940	45	38,0	9,8	7,4	—	—
C. Créd. Agr. de Grama Ltda.	1941	54	31,7	29,2	98,5	0,9	—
Total		1 561	1 268,6	889,0	2 788,7	14,3	235,2
Caixas Rurais — Interior							
Caixa Rural de Paraibuna	1929	374	—	—	829,4	—	—
Caixa Rural de Guaratinguetá	1931	97	—	—	198,1	—	—
Total		471	—	—	1 027,5	—	—
C. Créd. Popular «Bom Retiro» — Capital	1928	2 189	275 850,0	253 682,0	436 497,0	13 533,0	—

FONTE: Departamento de Assistência ao Cooperativismo — D. A. C. — Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

ANEXO 2. — Movimento Financeiro das Cooperativas de Crédito Agrícola, Caixas Rurais e Cooperativas de Crédito Popular, em funcionamento em 31 de Dezembro de 1947.

NOME DAS COOPERATIVAS	Data organi- zação	N.º de Associa- dos	CRUZEIROS NOVOS				
			Capital		Emprés- timos	Result. do Exerc.	
			Subscrito	Realizado		retôrno	insufic.
Crédito Agrícola — Interior							
C. Créd. de Itapetininga Ltda.	1928	132	381,6	232,3	11 500,0	—	—
C. Bco. Créd. Agr. e Pop. Pôrto Feliz Ltda.	1931	243	282,7	247,6	5 665,9	—	—
C. Créd. Bco. Agr. de Pirassununga Ltda.	1937	264	116,1	74,7	920,2	—	—
C. Créd. Agr. Bco. de Tatui Ltda.	1938	761	737,7	737,7	13 691,7	99,0	—
Bco. de Ipauçá. Soc. Coop.	1939	186	959,3	608,6	900,5	—	—
C. Créd. Agr. de Grama Ltda.	1941	154	80,6	80,6	2 645,0	4,3	—
C. Bco. de Marília Ltda.	1942	822	1 084,0	1 000,7	4 332,0	—	—
C. Créd. Agr. de Sta. Branca Ltda.	1943	188	84,7	81,7	1 722,8	4,0	—
C. Créd. Agr. de Cruzeiro Ltda.	1944	466	1 526,0	1 460,1	31 410,5	100,0	—
C. Créd. Agr. de Birigui	1945	284	565,5	335,3	1 777,8	—	—
C. Bco. Créd. Pop. e Agr. de José Bonifácio Ltda.	1945	222	293,4	254,6	1 600,0	0,1	—
C. Bco. Pop. e Agr. de Amparo Ltda.	1945	190	355,1	220,6	—	—	—
C. Créd. Agr. e Pop. de Capão Bonito Ltda.	1945	332	299,0	250,3	1 646,0	—	—
C. Créd. Agr. e Pop. de Guarantan Ltda.	1945	227	335,2	329,6	1 699,6	—	—
C. Bco. de Torrinha Ltda.	1946	166	225,9	225,9	1 282,0	—	—
C. Créd. Agr. Bco. Pop. de Guararapes	1946	77	49,1	37,4	—	—	—
C. Créd. Agr. de Brotas	1946	234	396,0	396,0	5 976,0	0,2	—
C. Bco. de Araçatuba	1947	168	911,6	92,5	23,0	—	—
Total		5 116	8 683,5	6 666,2	86 793,0	207,6	—
Caixas Rurais							
Caixa Rural de Paraibuna	1929	611	—	—	3 550,3	—	—
Caixa Rural de Guaratinguetá	1931	184	—	—	5 587,2	14,2	—
Total		795	—	—	9 137,5	14,2	—
Crédito Popular — Capital							
C. Créd. Popular «Bom Retiro»	1928	2 950	130 000,0	712 650,0	15 349,0	—	—
Bco. C. Central do Est. de S. Paulo	1943	906	4 067,2	1 453,9	1 342,5	—	—
Bco. Créd. Pessoal «Paulistano» Ltda.	1945	124	65 000,0	65 000,0	163,5	2 250,0	—
Total		3 980	199 067,2	779 103,9	16 855,0	2 250,0	—

FONTE: Departamento de Assistência ao Cooperativismo — Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

ANEXO 3. — Movimento Financeiro das Cooperativas de Crédito Agrícola, Caixas Rurais e Cooperativas de Crédito Popular, em funcionamento em 31 de Dezembro de 1951.

NOME DAS COOPERATIVAS	Data Org.	N.º de Asso- ciados	CRUZEIROS NOVOS				
			Capital		Empré- stimos	Result. Exercício	
			Subscrito	Realizado		Retorno	Insufic.
Crédito Agrícola — Interior							
C. Créd. Agr. e Pop. de Pôrto Feliz Ltda.	1931	252	392,2	329,7	3 065,9	32,9	—
C. Créd. Agr. e Pop. de Itapetinga Ltda.	1937	92	60,9	60,7	78,4	—	—
Bco. de Ipaucú, Soc. Coop.	1939	197	1 558,0	1 420,9	5 545,0	127,3	—
C. Créd. Agr. de S. Bento do Sapucaí Ltda.	1939	587	97,4	97,4	3 218,8	5,0	—
C. Créd. Agr. e Pop. de Grama Ltda.	1941	194	86,4	86,4	893,7	5,0	—
C. Bco. de Marília Ltda.	1942	942	1 098,2	1 098,2	1 008,1	—	—
C. Créd. Agr. de Sta. Branca Ltda.	1943	312	251,8	231,8	1 900,9	13,9	—
C. Créd. Agr. de Cruzeiro Ltda.	1944	735	2 560,6	2 511,3	10 066,6	126,2	—
C. Créd. Pop. e Agr. de José Bonifácio Ltda.	1945	412	448,7	337,1	331,8	18,6	—
C. Créd. Agr. e Pop. de Guarantan Ltda.	1945	276	368,8	324,1	1 325,4	21,4	—
C. Créd. Agr. e Pop. de Capão Bonito Ltda.	1945	372	356,2	315,9	325,7	—	25,7
C. Créd. Agr. de Birigui Ltda.	1945	241	527,2	431,2	540,5	—	162,1
C. Créd. Agr. de Brotas	1946	359	839,4	839,4	3 278,9	47,7	—
C. Bco. de Torrinha Ltda.	1946	364	458,8	458,8	3 450,9	24,7	—
C. Créd. Agr. de Valparaíba — Cach. Paulista	1947	558	1 583,1	1 504,5	6 400,4	81,0	—
C. Créd. Agr. de S. Miguel Arcanjo	1947	51	162,5	146,7	311,0	—	33,0
C. Créd. Agr. de Dois Córregos	1948	266	1 340,0	1 329,0	5 208,5	68,4	—
C. Créd. Pop. de Atibaia Ltda.	1949	300	684,1	583,1	4 707,6	37,1	—
Total		6 510	12 874,3	12 106,2	51 658,1	609,2	220,8

(continua)

ANEXO 3. — (continuação)

Caixas Rurais								
Caixa Rural de Paraibuna	1929	634	—	—	5 771,7	—	—	
Caixa Rural de Guaratinguetá	1931	198	—	—	2 341,5	—	—	
Total		832	—	—	8 113,2	—	—	
Crédito Popular — Interior								
C. Créd. Pop. de Catanduva	1948	1 019	1 623,0	1 221,1	5 870,7	37,5	—	
C. Créd. Pop. de Ariranha	1950	66	201,0	63,8	204,1	3,4	11,9	
Total		1 085	1 824,0	1 284,9	6 074,8	40,9	11,9	
Crédito Popular — Capital								
C. Créd. Pop. de Bom Retiro	1928	4 300	2 110,3	2 085,7	19 175,2	107,7	—	
C. Créd. Pessoal Paulistana Ltda.	1945	1 084	597,0	597,0	4 385,8	29,4	—	
Total		5 384	2 707,3	2 682,7	23 561,0	137,1	—	

FONTE: Departamento de Assistência ao Cooperativismo — Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

ANEXO 4. — Movimento Financeiro das Cooperativas de Crédito Agrícola, Caixas Rurais e Cooperativas de Crédito
..Popular, em funcionamento em 31 de Dezembro de 1957..

NOME DAS COOPERATIVAS	Data Org.	N.º de Asso- ciados	CRUZEIROS NOVOS				
			Capital		Empré- stimos	Result.	Exercício
			Subscrito	Realizado		Juros Capital	Insufici- ências
Crédito Agrícola — Interior							
C. Bco. Créd. Agr. e Pop. de Pôrto Feliz Ltda.	1931	287	530,6	411,2	2 820,9	24,7	—
Bco. Agr. Sta. Rita Passa Quatro Soc. C. Ltda.	1936	400	3 099,5	3 099,5	11 503,7	354,9	—
C. Créd. Agr. São Bento do Sapucaí	1939	683	404,6	399,5	2 700,8	—	—
Bco. de Ipauçú Soc. Coop.	1939	277	2 117,1	1 943,2	7 461,8	171,8	—
C. Créd. Agr. e Pop. de Gramma Ltda.	1941	211	342,5	342,5	1 052,3	18,2	—
C. Bco. de Marília Ltda.	1942	1 348	5 219,3	5 219,3	30 788,8	242,3	—
Bco. Créd. Agr. Santa Branca	1943	603	974,5	957,4	10 566,0	57,4	—
C. Créd. Agr. de Cruzeiro Ltda.	1944	891	3 316,6	3 280,6	22 882,1	190,6	—
C. Créd. Agr. de Birigui Ltda.	1945	669	3 647,0	2 933,9	13 870,9	119,6	103,2
C. Créd. Agr. e Pop. de Guarantã Ltda.	1945	269	589,5	589,5	1 540,4	34,8	—
C. Bco. Créd. Pop. e Agr. de José Bonifácio Ltda.	1945	453	464,3	412,8	691,0	22,3	89,1
C. Créd. Agr. de Brotas	1946	403	2 500,0	2 500,0	11 911,2	226,9	—
C. Bco. de Torrinha Ltda.	1946	456	1 224,8	1 224,8	15 938,7	64,8	—
C. Créd. Agr. de Valparaíba — Cach. Paulista	1947	896	2 964,9	2 937,1	23 404,4	166,0	—
C. Créd. Agr. São Miguel Arcanjo Soc. C. Ltda.	1947	75	163,7	154,0	265,0	—	—
C. Créd. de Dois Córregos	1948	83	331,5	331,5	61,8	19,8	637,4
C. Créd. Agr. de Itirapina	1954	284	873,8	873,8	2 874,5	49,4	83,7
Soc. C. Bco. de Mirassol Ltda.	1954	763	2 488,0	2 100,4	4 776,4	98,8	262,1
Bco. Agr. Coop. de Oriente Soc. Coop. Ltda.	1954	148	2 045,0	2 017,0	7 879,0	69,3	—
Bco. Agr. de Rinópolis Soc. Coop. Ltda.	1954	347	1 191,9	1 189,9	21 415,9	69,1	—
Bco. Agr. de Herculândia Soc. Coop. Ltda.	1955	231	997,2	832,2	6 723,8	41,8	—
Bco. Créd. Agr. de Parapuã Soc. Coop. Ltda.	1955	174	923,1	916,6	3 156,5	36,0	199,3
Bco. Agr. de Ouro Verde Soc. Coop. Ltda.	1956	66	800,0	124,0	200,4	—	115,9
C. Créd. Agr. de Patrocínio Paulista	1956	175	877,0	866,0	3 211,0	48,7	177,4
C. Créd. Agr. Bco. Pequeno Agricultor Pres. Prudente	1956	24	231,0	151,0	—	—	198,3
Bco. Coop. Créd. Agr. de Tupã Soc. Coop. Ltda.	1956	375	3 500,0	3 215,5	26 397,4	139,0	—
Bco. Agr. de Valinhos , Soc. Coop. Ltda.	1956	150	2 246,0	2 151,3	7 968,4	—	312,1
Bco. Créd. Agro-Pecuário Soc. Coop. Ltda. — Bauru	1957	513	7 151,0	2 598,6	1 212,7	14,6	377,4
Bco. de Ribeirão Preto Ltda. Soc. Coop.	1957	336	8 078,8	8 069,8	16 579,1	486,0	86,2
C. Banco Agr. Vale do Aguapeí — Pacaembu	1954	368	4 600,0	2 950,5	3 437,2	—	4 730,6
Totais		11 958	63 894,2	54 793,4	263 292,1	2 766,8	7 372,7

ANEXO 4 — (continuação)

NOME DAS COOPERATIVAS	Data Org.	N.º de Asso- ciados	CRUZEIROS NOVOS				
			Capital		Empré- stimos	Result. Exercício	
			Subscrito	Realizado		Juros Capital	Insufici- ências
Caixas Rurais — Interior							
Caixa Rural de Paraibuna	1929	701	—	—	12 932,2	—	—
Caixa Rural de Guaratinguetá	1931	228	—	—	4 566,1	—	—
Totais		929	—	—	17 498,3	—	—
Crédito Agrícola — Capital							
Bco. Agr. Nac. Coop. Central de Crédito	1945	871	7 274,4	5 340,3	39 469,9	—	2 798,9
Coop. Bco. Agrário Pop. Ltda.	1955	550	4 984,0	2 979,6	15 118,5	370,6	1 266,4
Bco. Agr. Sul Oriental	1955	21	2 052,0	210,4	—	—	—
Bco. Paulista dos Agr. Soc. Coop. Ltda.	1956	130	1 745,3	415,1	3 216,5	—	419,0
Bco. Agr. Paulista Ltda.	1956	121	1 752,5	744,0	7 561,9	—	461,5
Bco. Lavoura S. P. Soc. Coop. Ltda.	1956	195	3 536,9	3 535,3	4 525,1	—	600,4
Coop. União Agr. Ltda.	1956	11	500,0	455,0	—	—	—
Bco. Financeiro Agr. de S. P. Soc. Coop. Ltda.	1957	1 418	10 915,1	5 778,4	41 694,6	—	3 282,3
Bco. Agro-Industrial de S. P. Soc. Coop.	1957	241	1 792,4	637,1	97,7	15,4	1 354,6
Soc. Coop. Bco. Agrário de Financiamento Ltda.	1957	250	2 015,4	399,7	3 342,2	—	385,4
Bco. de Créd. Pop. e Agr. de S. P.	1957	31	2 220,0	938,5	1 616,2	—	103,6
Totais		3 839	38 788,0	21 433,4	116 642,6	386,0	10 672,1
Crédito Popular — Interior							
C. de Créd. Pop. de Catanduva	1948	1 900	3 893,0	3 315,6	31 070,4	158,0	—
C. Créd. Pop. de Santos	1951	183	767,0	766,8	882,5	54,0	—
Bco. Créd. Pop. Sorocabano	1955	338	2 739,0	1 244,5	487,0	—	972,4
Bco. Créd. Prod. e Melhor. Ltda. Soc. C. — Avaré	1956	203	1 714,0	763,2	694,0	—	48,0
Bco. Econômico Guarulhos , Soc. C. Ltda.	1957	37	2 099,0	1 523,0	5 578,7	—	—
C. Créd. Pop. de Olimpia	1957	558	1 967,0	1 225,5	2 164,6	11,0	30,9
Totais		3 219	13 179,0	8 838,6	40 877,2	223,0	1 051,3

— segue —

ANEXO 4 — (continuação)

NOME DAS COOPERATIVAS	Data Org.	N.º de Associados	CRUZEIROS NOVOS					
			Capital		Empréstimos	Result. Exercício		
			Subscrito	Realizado		Juros Capital	Insuficiências	
Crédito Popular — Capital								
C. Créd. Pop. do «Bom Retiro»	1928	6 358	15 480,4	14 128,9	106 448,5	1 349,1	1 304,5	
C. de Créd. Pessoal Paulistana Ltda.	1945	3 238	1 605,0	1 605,0	22 658,2	90,4	—	
Soc. C. Créd. Pop. Metropolitana S.P.	1952	905	4 273,9	3 699,2	25 164,1	237,7	—	
C. de Créd. Anafon	1953	1 093	1 619,0	1 276,1	776,3	—	48,6	
C. Mista de Créd. e Const. Casa Prop. Paulista	1954	201	1 774,7	1 347,3	4 756,7	—	335,2	
C. Créd. Piratininga	1954	264	3 416,2	965,3	1 250,7	50,5	—	
C. Créd. «Circulista»	1955	648	2 410,0	1 286,6	1 661,4	90,6	53,9	
Bco. Créd. da Metropole, Soc. C. Ltda.	1956	158	1 077,0	815,0	6 684,9	—	—	
C. União de Créd. Popular	1956	651	1 629,1	883,9	8 823,6	45,6	1 124,9	
Bco. Econômico de S. P. Soc. C. Ltda.	1956	253	2 265,0	2 254,0	14 388,2	—	431,1	
Bco. Créd. dos Varejistas, Soc. C. Ltda.	1957	19	1 009,6	1 009,6	815,2	—	22,9	
Totais		13 788	36 559,9	29 270,9	193 427,8	1 863,9	3 321,1	

FONTE: Departamento de Assistência ao Cooperativismo — Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

PREÇOS MÍNIMOS PARA A SAFRA 1967/68

Divisão de Economia Rural

1 — INTRODUÇÃO

A política econômica que o novo governo, instaurado em março do corrente ano, anuncia seguir, pode trazer sensíveis modificações para toda a Nação e espere-se, para a agricultura especialmente. Embora exposta em termos ainda um tanto vagos e tímida ou modestamente definida como sendo basicamente uma continuação da política anterior, apenas alterada na direção e intensidade de certos esforços prioritários, à vista das conquistas já realizadas, é inegável que sua significação pode ser muito grande. É preciso ter em conta que em economia, a diferença na intensidade e velocidade de certas medidas pode provocar efeitos muitíssimo diversos. A política anterior, concentrada obsecadamente no combate à inflação, trouxe, entre seus efeitos, uma reversão de expectativa, que dada a sua magnitude, resultou grandemente prejudicial às atividades econômicas. Com efeito, a tão condenada expectativa de elevação de preços e euforia que reinava no período de maior inflação, foi substituída por um desalento generalizado, uma enorme descrença em melhores

dias. O otimismo exagerado cedeu lugar a um ceticismo profundo.

Isto, ao menos no que diz respeito à agricultura de São Paulo. Torna-se, assim, mister e urgente reavivar o ânimo do produtor, soerguer-lhe, dar-lhe esperanças e abrir-lhe novas e razoáveis perspectivas para suas atividades agrícolas.

1.1 — RETROSPECTO DO ANO AGRICOLA

O ano agrícola de 1966/67, prestes a encerrar-se, não foi bom.

Isto não só quanto aos rendimentos físicos como no concernente aos aspectos financeiros e de comercialização. A área plantada, foi praticamente igual à do ano precedente, que havia sido pequena e com exceção desta, é a menor que se verifica desde 1960 inclusive.

*Algumas culturas como o amendoim (tanto a safra “das águas” como a “da seca”) e o feijão (da “seca”) sofreram drásticas quebras no rendimento. Outras como o algodão, milho e cana também experimentaram maiores ou menores decréscimos de rendimento.

(*) À exceção dos dados sobre áreas de plantio, todos os demais referentes ao ano agrícola de 66/67 estão sujeitos à retificações posteriores.

Das culturas importantes, apenas o arroz apresentou ganhos substanciais, com rendimentos bem melhores em área maior, já que o melhor rendimento da cafeicultura deve ser atribuído aos seus ciclos de produção.

Mesmo incluindo o café, o valor dos 24 mais importantes produtos agropecuários foi apenas 16% superior àquele do ano passado já de "per si" desfavorável em matéria de preços. Isto, em termos de moeda corrente, o que significa perda substancial quando se considera a inflação verificada no período. Dentre 17 dos mais destacados produtos vegetais, 10 apresentam, mesmo em moeda corrente, valor inferior ao do ano anterior.

A êsses decepcionantes resultados financeiros deve-se acrescentar, pelo menos mais uma dificuldade de vulto, verificada com a comercialização da safra e consistente na confusão gerada pela incidência do I.C.M.. De resto, tão grande têm sido as perturbações, mal-entendidos e protestos provocados por êsse imposto, bem como as modificações nêle já introduzidas, que se é forçado a admitir ter sido o mesmo concebido de forma inadequada à comercialização dos nossos produtos agropecuários ou, pelo menos, que a sistemática de sua aplicação foi errada.

Como aspecto favorável da comercialização e já no capítulo específico dos preços mínimos, registre-se o financiamento ao nível de 100% dos preços de garantia, velha reivindicação de São Paulo e que inexplicavelmente tanto demorou a ser compreendida. Essa inovação no sistema de garantia dos preços mínimos, já trouxe seus efeitos salutares, inverten-

do a relação entre o volume adquirido e financiado pela Comissão de Financiamento da Produção e sendo de imediato adotada por inúmeros produtores, que puderam assim contar com melhor defesa para a venda de suas colheitas.

1.2 — PERSPECTIVAS PARA O PRÓXIMO ANO AGRÍCOLA

Nos primeiros dias de Julho, a Divisão de Economia Rural procedeu a um ligeiro inquérito sobre as intenções de plantio para a próxima temporada de 1967/68. Devido a várias circunstâncias, como as modificações, sobretudo nos preços de mercado, que poderão ocorrer até a época de plantio efetivo, bem como à carência de embasamento estatístico para essa investigação, seus resultados só podem ser aceitos sob reservas e como mera indicação de tendências. Em termos, resumidos, são as seguintes as conclusões dêsse "prognóstico":

- a) Algodão — Prevê-se nova redução da área, a qual, seria 16% inferior à precedente;
- b) Amendoim — A superfície de plantio da próxima "safra das águas" deverá ser menor, em cêrca de 16% à sua correspondente de 1966/67. Dificuldades adicionais quanto ao suprimento das sementes poderão sobrevir, agravando a situação;
- c) Arroz — Deverá ocorrer um aumento aproximado de 7% no futuro plantio e;
- d) Milho — A próxima área de plantio deverá ser sensível-

mente igual à deste ano e talvez mesmo, ligeiramente maior.

Quanto ao feijão e à soja, não foram tais produtos abrangidos pelo trabalho em apreço, parecendo certo entretanto que o plantio da soja deverá apresentar sensível aumento percentual, o que, dado ao tamanho ainda pequeno da área, não deverá significar, em termos absolutos, grande número de alqueires.

1.3 — OBJETIVOS E CRITÉRIOS

Pelo que foi dito no tópico introdutório, há necessidade urgente da agricultura receber do governo um novo fluxo revitalizador, representado sobretudo por efetivo amparo financeiro, sem evidentemente descambar para o excesso. Há também renovadas esperanças de que, no tocante aos preços mínimos, seja ele interpretado como um instrumento da política agrícola, atuante no sentido de auxiliar o aumento das culturas que devem ser expandidas, desestimular aquelas cuja produção é excessiva ou desaconselhável, possibilitar níveis de renda que permitam à agricultura adotar os novos processos de produção indicados pelo desenvolvimento tecnológico e promover o progresso sócio-econômico do produtor rural.

Aceita essa posição, procurar-se-á entretanto como substrato, a adoção de um critério geral, que sirva como ponto de referência, subordinado sempre àquela filosofia, ou, em outros termos, procurando para cada produto uma base de preços que se ajuste aos objetivos acima mencionados.

Como ponto de referência, ad-

mitir-se-á que no período entre maio do corrente e igual mês de 1968, a taxa de inflação deverá girar em torno de 20%. Dita taxa parece conter boa margem de segurança e representar verdadeiro crédito de confiança na atual política econômica, pois certamente significará grande conquista do atual governo a redução do ritmo inflacionário para esse nível, simultaneamente com a retomada do desenvolvimento. Nos trabalhos de mesma finalidade apresentados nos dois últimos anos, foram também previstas taxas de crescimento inflacionário bastante conservadoras, pois para 65/66 adotou-se 20%, inferior à metade daquela que se verificou e para 66/67, 25%, que também acabou por ser superada pela realidade.

A seguir, são apresentadas as análises individuais de cada produto.

2 — ALGODÃO

2.1 — SITUAÇÃO MUNDIAL

De um ano para cá foi sensível a melhoria apresentada pela economia algodoeira mundial, no que respeita sobretudo, à relação entre a oferta e procura do produto. Os estoques mundiais, que em 1.º de agosto de 1966 atingiam 30,5 milhões de fardos, deverão baixar para 25,5 em igual data do corrente ano, ligeiramente menos que o volume existente há 3 anos passados. Assim foi, liquidado num ano, o crescimento que se vinha verificando nos estoques finais dos 3 últimos anos.

A principal causa dessa modificação, foi como é fato notório, a entrada em vigor da nova política algodoeira norte-americana com

seu acentuado estímulo à redução na área de plantio.

Na temporada de 66/67, os EE.UU. reduziram de mais de 1/4 seu plantio de algodão (10,5 milhões de acres contra 14,2 em 65/66) e tal contração teve ainda seus efeitos exaltados por quebra nos rendimentos, do que resultou um volume de produção inferior em mais de 35% ao ano precedente. Além dessa, outras causas militaram em favor da melhoria da situação acima indicada. Dentre elas, podem ser citadas:

- a) Retraimento na área de plantio e ou, produção, em diversos outros países como: México, Guatemala, Síria e Brasil, em consequência, seja da política algodoeira dos EE.UU. seja por causas outras, de origem interna.
- b) Aumento no consumo mundial que apresentou um ganho de, aproximadamente, 1,5 milhões de fardos, tendo para tanto contribuído com maior pêsso, o consumo verificado nos países de economia dirigida.

Além da melhoria verificada na relação entre oferta e procura global, um outro e importante fato ocorreu, qual seja a escassez, embora em termos relativos, dos algodões de fibra igual ou maior que 1,1/32". Isso se deveu, não só à menor produção porcentual desses algodões na safra norte-americana, como principalmente, à grande preferência que estes comprimentos, dentre o chamado algodão "upland", estão merecendo por parte dos fabricantes de fios e tecidos. Como detalhe de certa importância, acrescente-se que mesmo aqueles algodões com

comprimento de fibra mais procurada, há falta de bons tipos, pois a safra norte-americana deixou muito a desejar no referente a tipos. Em resumo, é "apertado" o suprimento de bons algodões de fibras mais longas, na classe dos algodões americanos. Quanto à próxima safra dos EE.UU. isto é, a de 1967/68, a primeira estimativa sôbre a área plantada e divulgada no dia 9/7 próximo passado, acusa um total de 9,7 (9.724) milhões de acres ou seja, cêrca de 8% a menos que a anterior. Ao que parece, o transcurso do tempo não tem sido muito favorável, o que permite admitir a despeito de não ter sido ainda divulgada nenhuma estimativa quanto ao volume de produção, que esta deverá ser pouco superior a 9 milhões de fardos e assim, muito provavelmente, um pouco menor que as necessidades do consumo interno.

O desenvolvimento dessa situação estatística refletiu-se, como é óbvio, nos preços do produto, os quais, recuperaram-se do declínio que vinham experimentando desde os últimos meses de 1965 e se encontram presentemente em níveis iguais ou superiores aos de dois anos atrás e ainda com tendência para ligeira alta. Isto, no que se refere aos algodões com fibra acima de 1", pois para aqueles de fibras mais curtas, o sentido é para maior depressão nos preços, dada a grande abundância dos suprimentos mundiais nessa classe de algodões.

Como contrapêsso à situação que vem de ser descrita e que inevitavelmente se apresenta como uma favorável, conjuntura, há que se ter em conta dois importantes fatos que eventualmente poderão

exercer sensível influência contrária. São êles:

a) Acentuada queda nos preços de muitas fibras, artificiais, que chegou, em alguns grupos das sintéticas, a 30%.

b) Certa depressão econômica que se observa em alguns países da Europa Ocidental, como a Alemanha, Holanda, Bélgica e Inglaterra, todos êles, importantes consumidores de algodão.

Talvez coubesse ainda, citar a ameaça que representa certos desenvolvimentos tecnológicos ultimamente obtidos no campo das fibras artificiais, mórmente no grupo das celulósicas, justamente aquê- le que tendia a se esvanecer e que agora parece poder voltar à cena com redobrado perigo ao algodão, através das chamadas fibras "polinósicas". Num balanço ge- real entretanto, existem bas- tantes indícios de que as maiores probabilidades apon- tam para certa firmeza nos preços dos algodões de fi- bras mais longas, no trans- curso dos próximos doze me- ses. Disto e também da even- tualidade dum aumento no plantio da safra americana de 68/69, infere-se que a me- lhor oportunidade para a Zo- na Sul do País, será na safra que se aproxima i.é., cujo plantio deve iniciar-se a par- tir de outubro próximo vin- douro e que se antecipa em 5 a 6 meses à safra de 68/69 dos países do Hemisfério Norte. Esta vantagem no tempo nos permitirá encon- trar boas condições para a exportação, mesmo tendo em

conta uma possível influên- cia antecipada do anúncio de maior plantio norte-america- no sôbre o mercado. De res- to, esta influência talvez não possa ser muito acentuada sôbre a faixa especifica dos algodões com fibra de com- primento superior a 1", como acontece com o grosso dos algodões do Sul do País, pois o transcurso do tempo pode impor surpresas na distribui- ção da colheita por tamanho de fibra.

2.2 — SITUAÇÃO INTERNA

Pela segunda vez consecutiva, a superfície de plantio com al- godão no Estado de São Paulo experi- mentou forte redução. Há dois anos atrás, na safra 1965/66, a contração foi da ordem de 27% face ao ano precedente (mais ou menos normal) e em 66/67 acen- tuou-se em muito o recuo, o qual foi superior a 44%. Com isso, a superfície de plantio voltou aos primórdios da implantação do moderno surto algodoeiro paulista iniciado após a grande crise ca- feeira de 1929, pois será preciso remontar a 1932/33 para encon- trar-se plantio inferior ao de 1966/67. Este simples cotejo é bastante eloqüente para dispen- sar quaisquer outros comentários sôbre a alarimante situação em que se encontra a economia algo- doeira paulista.

Também, não requer nenhum esforço localizar a principal cau- sa dessa situação, que outra não é, senão os preços do produto. Por sua vez, a política de preços mínimos que de longa data vem sendo adotada pelo país, no refe- rente ao algodão, muito tem a ver com aquêles baixos preços. Com

efeito, vinculando o preço mínimo de garantia ao preço internacional do produto, que se acha grandemente influenciado pela política algodoeira norte-americana, ficou o cotonicultor brasileiro em posição grandemente desvantajosa, já que obrigado a vender seu produto por um preço reconhecidamente baixo, tanto que o produtor norte-americano vem de há muito recebendo, sob a forma de subsídios, um sôbrepreço em relação ao preço internacional. Esse sôbrepreço é, presentemente, superior em mais de 50% ao nível do mercado mundial. De resto, nem mesmo o preço internacional foi jamais transferido ao cotonicultor paulista, pois o estabelecimento de quotas de exportação, a proibição das exportações dos subprodutos (a torto necessita ainda de licença prévia para ser exportada) e as mudanças introduzidas na taxa cambial, quase sempre quando o algodão não mais se encontrava nas mãos dos produtores, reduziram (em certos anos pesadamente) a parcela que em condições normais de mercado deveria caber ao produtor. Com tais desvantagens, além daquelas outras de ordem geral que incidem sôbre a agricultura e também outros setores de atividades do país, não é de estranhar que o algodão tenha encetado a retirada, em marcha batida, do Estado de São Paulo. Esta marcha aliás, não dá mostras de parar, pois segundo o "prognóstico" já mencionado, a tendência no momento é para nova redução no próximo plantio da safra de 67/68, que deverá ser cêrca de 15% inferior à de 66/67. Não fôra o desastre ocorrido com o amendoim, po-

de-se ter como certo que a redução em causa seria bem maior.

Esse é o quadro que se apresenta às autoridades responsáveis pela política algodoeira do país, mórmente, aos condutores da política de garantia de preços mínimos, já que o preço dêste produto é influenciado decisivamente por aquela. Se não houver a firme determinação de amparar efetivamente a economia algodoeira, abandonando inclusive o critério da paridade do preço mínimo ao preço de exportação, o qual, tem-se mostrado letal ao algodão (que continuará sendo, não obstante a perspectiva de leve melhoria já mencionada) e procurar novos caminhos, que favoreçam alcançar um volume de produção considerado satisfatório, a próxima safra talvez já venha a soar como o "canto do cisne" da cotonicultura paulista. É preciso ter em conta que quando se contrai a infra-estrutura algodoeira, com o fechamento de máquinas de beneficio, com os arrendatários dedicando-se a outras atividades ou abandonando as terras que antes lavravam, com o desaparecimento de uma série enorme de intermediários mais ou menos especializados - como vendedores de adubos, inseticidas e pequenas máquinas, representantes-compradores de firmas nos lugares mais distantes etc. etc., muito mais difícil vai-se tornando o revigoreamento dessa atividade. Quando no processo de expansão, os aumentos são mais fáceis, pois as perspectivas de lucro e o entusiasmo geral exercem poderosa atração sôbre os investimentos, obscurecendo os riscos. No entanto, o soerguimento da cotonicultura é agora de extrema importância

para São Paulo. Tôda a complexa infra-estrutura algodoeira, tanto oficial como particular e representada por estações experimentais, campos de cooperação, postos de análise, preparo e distribuição de sementes, máquinas de benefício, oleifícios, reprensadoras, armazéns, bôlsas, firmas exportadoras, fábricas de equipamentos para o benefício do algodão e a obtenção do óleo, fiações, tecelagens e enfim, uma enorme série de interesses acha-se quase tôda ela a braços com grande capacidade ociosa, em penoso processo de retraimento, com perspectivas cada vez mais sombrias e em muitos casos, antevendo já a data do encerramento. Não é demais repetir, que a méta razoável de produção para São Paulo mesmo tendo em conta a conjuntura internacional do algodão é, presentemente, de 240 a 250 mil toneladas de pluma. *Tal méta aliás, coincide com aquela indicada pela extinta Junta Nacional do ALGODÃO ao estudar os objetivos de produção total para o país e representa pouco mais da metade da safra recorde de 1944. Seria ela, o atendimento mínimo para as necessidades do consumo interno, contingente exportável e produção de óleo comestível. Ora, para se obter aquêlê volume de algodão em pluma, seria preciso mesmo admitindo-se o alto rendimento médio de 200 arrobas de algodão em caroço por alqueire (nível só superado nos últimos 2 anos) que fôssen plantados cerca de 235.000 alqueires (569.000 has.) isto é, mais do dôbro da área plantada na última tempora-

da. Isto serve, até certo ponto, como medida de grandeza para a necessidade de recuperação da cotonicultura paulista.

Evidentemente que a defesa daquela méta poderia ser consideravelmente reforçada com outros argumentos tais como, o imperativo de evitar a combinação de um grande retraimento do café com aquêlê de outra cultura da importância comercial do algodão, a considerável absorção de braços que esta última exige, a sua importância social como fornecedora de dinheiro para parceiros, arrendatários e outros pequenos lavradores etc. etc.

Em suma, cabe às autoridades responsáveis optar quanto à escolha da política algodoeira que interessa ao país, fixando-se na meta de produção escolhida e assumindo, dentro de seu âmbito, tôdas as implicações decorrentes das atividades para o alcance da mesma.

Quanto à safra corrente, o principal aspecto positivo reside no rendimento por unidade de área, superado apenas e ligeiramente por aquêlê registrado na safra passada. A distribuição por tipos também apresentou alguns progressos, sendo maior do que no ano passado a porcentagem de tipos médios para melhor. Quanto às características intrínsecas da fibra, mórmente no que respeita ao comprimento, continuam amplamente satisfatórias.

A comercialização entretanto, ou mais exatamente, o resultado financeiro da safra foi grandemente desfavorável ao produtor.

(*) A carta de Brasília que vem de ser aprovada estabelece para a próxima safra de São Paulo a méta de 794.870 toneladas de algodão em caroço, correspondentes a cerca de 278.000 toneladas de pluma.

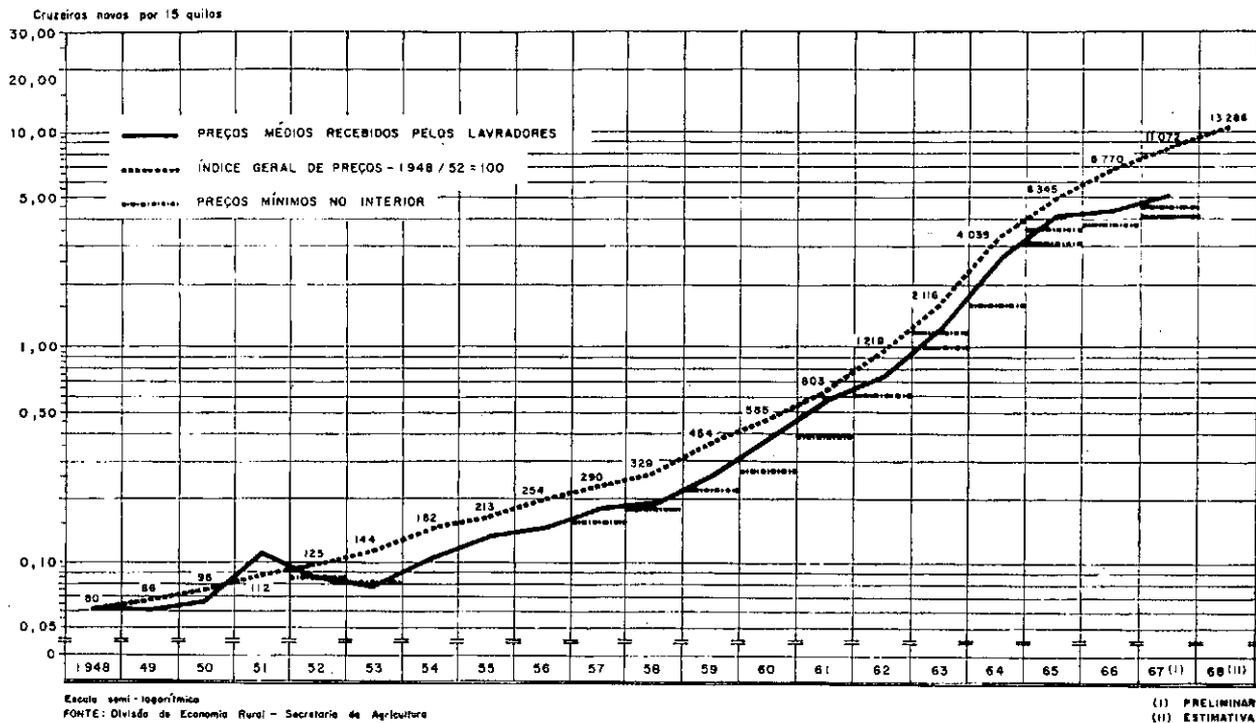
QUADRO 1. — Algodão em São Paulo

Médias quinquênios e anos	Área plantada 1000 ha	Produção 1000 arrobas em caroço	Rendimento agrícola kg/ha	Preços médios recebidos pelos lavradores		Índice geral de preços no Brasil (1) b	a/b x 100
				Preços correntes centavos NCr\$	Índices a		
Médias							
1948/52	1 094	40 930	557	7,80	100	100	100
1953/57	729	36 706	769	12,90	165	217	76
1958/62	528	35 433	1 004	43,30	554	678	82
Anos							
1960	498	35 197	1 059	39,00	499	585	85
1961	569	34 675	914	58,80	752	803	94
1962	678	47 514	1 052	74,40	951	1 218	78
1953	605	39 829	987	120,00	1 534	2 116	72
1964	508	39 812	1 175	250,00	3 305	4 038	79
1905	653	34 797	781	388,00	4 974	6 344	78
1966	477	46 607	1 416	427,00	5 474	8 770	62
1967 (2)	290	26 600	1 374	515,00	6 602	11 072	60

FONTE: Divisão de Economia Rural.

(1) Baseado no índice «2» Nacional da Conjuntura Econômica» da Fundação Getúlio Vargas.

(2) Estimativa.



EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO ALGODÃO EM CAROÇO NO ESTADO DE SÃO PAULO

O preço médio que o cotonicultor irá receber este ano, está avaliado preliminarmente em NCr\$ 5,15 por 15 quilos de algodão em caroço ou seja, cêrca de 20% acima daquêle verificado no ano passado, quando no período ocorreu um aumento nos custos da lavoura, superior a 30%. A diferença não seria excessiva, não fôra o fato de que o preço do ano passado já tenha sido muito baixo.

De resto, tal diferença avulta ainda mais quando se leva em conta os menores rendimentos por unidade de área (embora não muito sensíveis) e sobretudo, a substancial parcela de algodão vendida para recebimento a prazo. Em termos de preços reais, o que o produtor irá receber pelo seu algodão, representa apenas 58% daquele que, em média, recebeu no quinquênio 1948/52. Finalmente, como fator negativo na comercialização do algodão cabe citar a incidência do I. C. M. que não deixou de trazer perturbações, embora em escala bem menor que em muitos outros produtos agrícolas.

2.3 — CRITÉRIOS

Para que o próximo plantio mantenha-se próximo dos 120 mil alqueires (290,5 mil hectares) utilizados em 1966/67, i. é., para que apenas se procure anular a nova redução de área antevista, sem nenhuma velocidade de se obter sensível aumento de área, como seria de alto interesse, é preciso que o preço mínimo do algodão em caroço seja estabelecido em tôrno de NCr\$ 7,00 livre ao produtor por arroba de 15 quilos de tipo "5" (regular) posto no ponto mais distante (Mirante do Paranapanema) do interior do

Estado. Tal base, pode parecer elevada quando em cotejo com a do ano passado sôbre a qual, leva uma vantagem de mais de 55%. Na realidade, entretanto, ela será em têrmos reais, superior apenas aos dois últimos anos, ficando abaixo de qualquer dos outros últimos 19 anos e representando sômente 67% do preço médio real obtido no quinquênio 1948/52.

Aliás, seu maior efeito talvez decorra unicamente da sua vantagem comparativa com a do ano passado. Acredita-se entretanto que isto acrescido dos bons rendimentos físicos que vêm sendo obtidos ultimamente e da drástica redução da capacidade competitiva do amendoim, talvez possa atuar eficazmente no sentido de se obter os modestos objetivos estabelecidos.

3 — AMENDOIM

3.1 — SITUAÇÃO

À maior área (soma da safra "das águas" e "da seca") já plantada com êste produto em São Paulo, correspondeu o menor rendimento dos últimos anos e também, o menor preço (em têrmos reais) médio obtido pelos produtores.

Assim pode ser resumido o grande desastre que foi o cultivo desta oleaginosa em 1966/67. Houve ainda, outras circunstâncias desfavoráveis. Entre elas, o fato de grande número de produtores vendo-se incapacitados para pagarem os empréstimos contraídos para a "safra das águas" terem solicitado facilidades para o resarcimento das suas dívidas, na esperança de que a "safra da seca" pudesse salvá-los e dessa forma se terem precipitado em nôvo

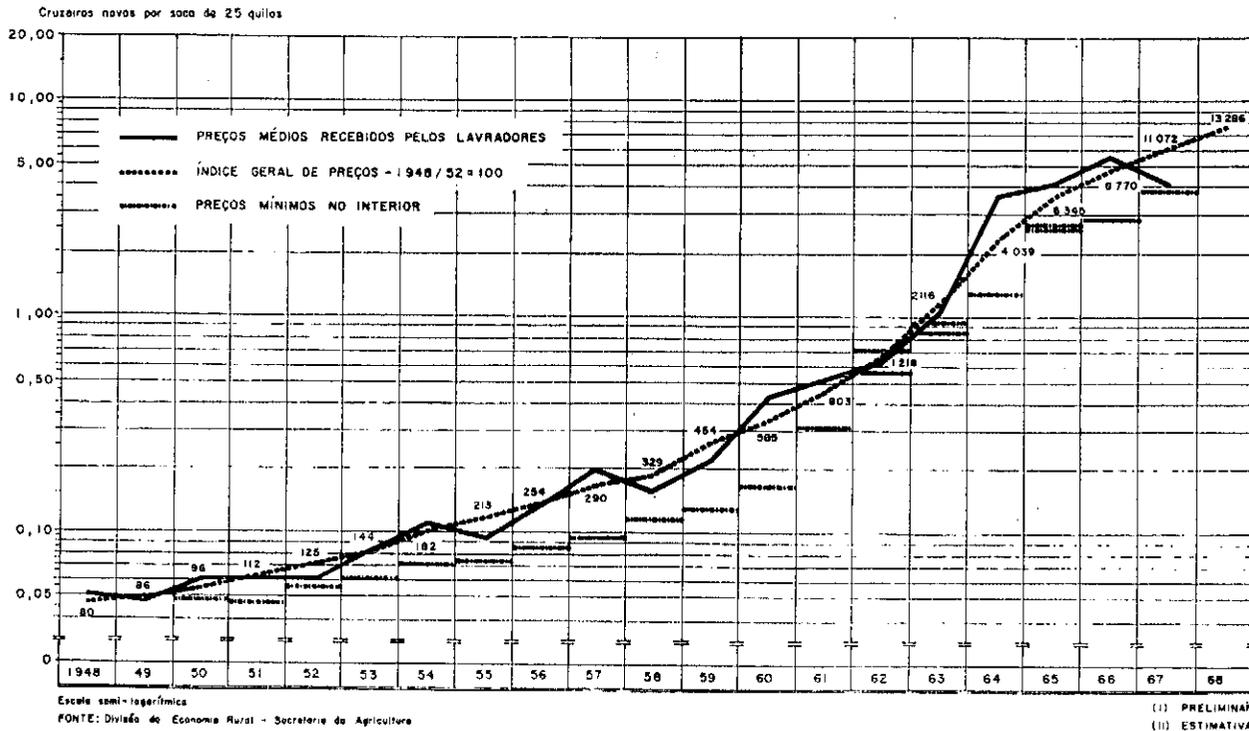
QUADRO 2. — Amendoim em São Paulo

Médias quinquênios e anos	Área plantada 1000 ha	Produção 1000 sacos 25 kg em casca	Rendimento agrícola kg/ha	Preços médios recebidos pelos lavradores		Índice geral de preços no Brasil		a/b x 100
				Preços correntes NCr\$ 25 kg	Índices a	(1)	b	
Médias								
1948/52	152	6 352	1 059	0,06	100	100		100
1953/57	152	6 724	1 096	0,13	223	217		103
1958/62	338	16 598	1 265	0,40	697	678		103
Anos								
1960	295	14 500	1 229	0,44	768	585		131
1961	428	18 600	1 986	0,52	914	803		114
1962	479	21 000	1 137	0,65	1 137	1 213		93
1963	392	19 200	1 187	1,06	1 857	2 116		88
1964	409	15 300	935	3,73	6 550	4 043		162
1965	414	24 000	1 449	4,16	7 298	6 344		115
1966	482	26 700	1 385	5,35	9 386	8 770		107
1967 (2)	552	19 700	892	4,20	8 158	11 072		74

FONTE: Divisão de Economia Rural.

(1) Baseado no índice «2» Nacional da «Conjuntura Econômica» da Fundação Getúlio Vargas.

(2) Estimativa.



EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO AMENDOIM EM CASCA NO ESTADO DE SÃO PAULO

e bem maior desastre. Em poucas palavras, o prejuízo foi de tal magnitude que bastou para tirar tôda a tendência de expansão até aqui mantida por esta cultura em São Paulo, prevendo-se em relação ao ano passado redução da ordem de 16% para o próximo plantio.

3.2 — CRITÉRIOS

Dada a importância da cultura, quer sob o ponto de vista sócio-econômico, por se tratar de exploração tipicamente comercial e assim uma fonte direta de dinheiro para os produtores, em sua maioria pequenos, quer como uma das principais, quicá a principal fonte de óleos vegetais, há necessidade imperiosa que haja apoio efetivo à cultura do amendoim e no sentido de ao menos, restabelecer a confiança anterior entre os produtores. O acréscimo de 20% correspondente à desvalorização estimada para a nossa moeda até o fim do próximo ano agrícola e aplicado, em relação às bases de preço propostas no trabalho do ano anterior, relativo à safra atual prestes a findar-se, resultará num preço de NCr\$ 6,00 para a saca de 25 quilos em casca, do tipo "3" e livre ao produtor. Preços de garantia dêsse valor, poderão ao que tudo indica, contribuir para a consecução dos objetivos acima expostos.

4 — ARROZ

4.1 — SITUAÇÃO

Condições de tempo extremamente favoráveis para esta cultura, fizeram com que a safra de 66/67, apresentasse numa área maior que a antecedente, uma me-

lhoria de quase 46% no rendimento por unidade de área. É bom que se diga entretanto, que tal rendimento, embora venha compensar em parte 4 anos seguidos de má produção, é ainda muito baixo e também inferior a algumas das próprias safras orizícolas de São Paulo, como por exemplo aquelas obtidas em 1960/61 e 1961/62. Frise-se também, que o fator quase exclusivo para a melhoria assinalada foi o transcurso propício do tempo, embora deva também ter contribuído para isso, a utilização de sementes de variedades precoces. No uso destas sementes reside aliás o maior progresso técnico registrado por esta cultura nos últimos anos, pois o sistema de exploração largamente predominante no Estado i.é., o cultivo "em sequeiro", torna a colheita extremamente dependente do tempo, desencorajando os investimentos exigidos pela racionalização dos tratamentos culturais.

Como já foi dito em trabalhos anteriores, enquanto esta exploração fôr feita "em sequeiro", com os graves inconvenientes que apresenta, a expansão de sua área cultivada não interessa à agricultura de São Paulo. Não há de resto, razões para que São Paulo não continue a importar, de outros estados, onde a produção fôr mais aconselhável, o contingente necessário à complementação do seu consumo de arroz. Aliás, a superfície plantada em 66/67 já era cêrca de 15% superior àquela considerada como a mais adequada, nas presentes circunstâncias, ao Estado de São Paulo. Com o leve aumento previsto no inquérito sôbre as intenções de plantio atrás mencionado

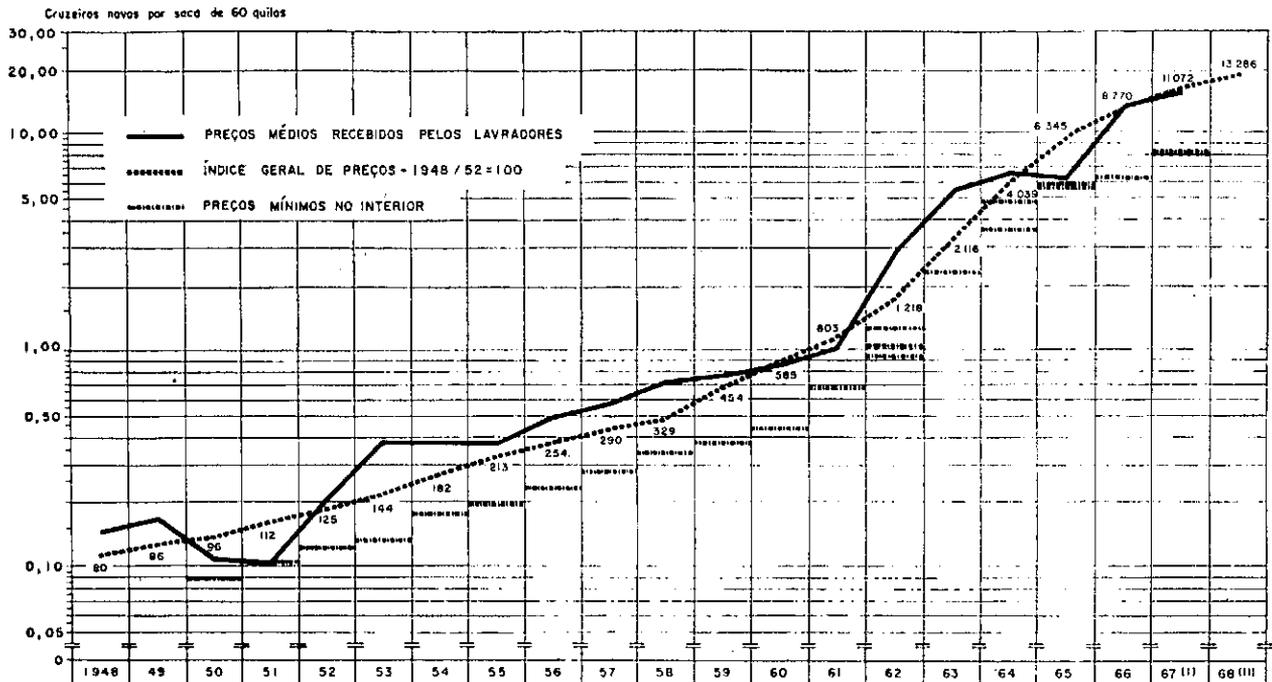
QUADRO 3. — Arroz em São Paulo

Médias quinquênios e anos	Área plantada 1000 ha	Produção 1000 sacos 60 kg em casca	Rendimento agrícola kg/ha	Preços médios recebidos pelos lavradores		Índice geral de preços no Brasil (1) b	a/b x 100
				Preços correntes NCr\$ saca 60 kg em casca	Índices a		
Médias							
1948/52	495	11 759	1 425	0,15	100	100	100
1953/57	542	9 205	1 026	0,44	299	217	138
1958/62	573	10 840	1 132	1,25	852	678	126
Anos							
1960	573	11 000	1 152	0,84	575	585	98
1961	644	13 200	1 230	1,03	701	803	87
1962	508	10 200	1 204	5,27	3 585	1 213	29
1963	762	12 000	945	2,91	1,980	2 116	94
1964	1 108	15 000	812	6,57	4 469	4 043	109
1965	1 065	17 100	964	6,22	4 321	6 344	67
1966	702	9 600	821	14,92	10 150	8 770	116
1967 (2)	752	15 000	1 196	16,00	10 884	11 072	98

FONTE: Divisão de Economia Rural.

(1) Baseado no índice «2» Nacional da «Conjuntura Econômica» da Fundação Getúlio Vargas.

(2) Estimativa.



Escola semi-logarítmica
 FONTE: Divisão de Economia Rural - Secretaria de Agricultura

(I) PRELIMINAR
 (II) ESTIMATIVA

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO ARROZ EM CASCA NO ESTADO DE SÃO PAULO

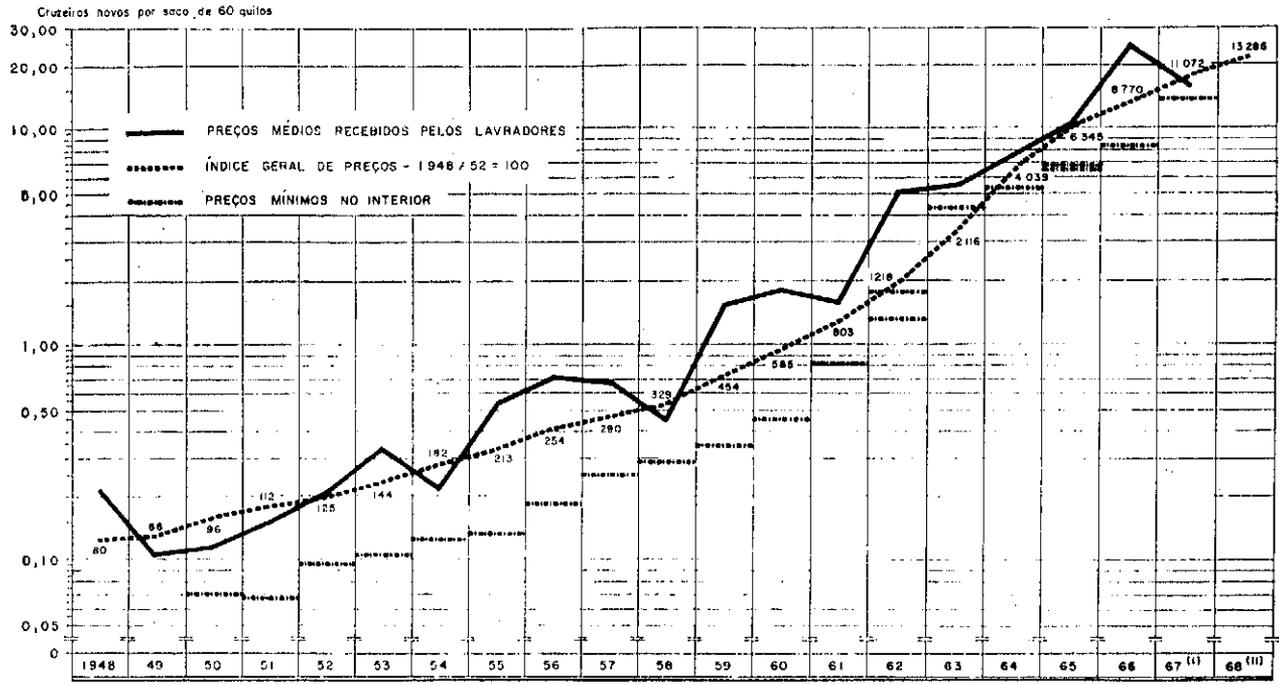
QUADRO 4 — Feijão em São Paulo

Médias quinquênios e anos	Área plantada 1000 ha	Produção 1000 sacos de 60 kg	Rendimento agrícola kg/ha	Preços médios recebidos pelos lavradores		Índice geral de preços no Brasil (1) b	a/b x 100
				Preços correntes NCr\$ 60 kg	Índices a		
Médias							
1948/52	209	2 275	651	0,16	100	100	100
1953/57	275	2 031	448	0,40	310	217	143
1958/62	357	2 392	403	2,11	1 328	678	196
Anos							
1960	448	3 260	437	1,34	1 157	585	198
1961	356	2 320	391	1,51	950	803	118
1962	358	1 940	325	5,19	3 264	1 218	268
1963	387	2 680	411	5,62	3 535	2 116	167
1964	386	2 470	384	7,25	4 559	4 043	113
1965	335	3 150	564	10,37	6 522	6 344	103
1965	322	2 508	467	25,46	16 013	8 770	183
1967 (2)	370	2 700	438	16,80	10 566	11 072	95

FONTE: Divisão de Economia Rural.

(1) Baseado no índice «2» Nacional da «Conjuntura Econômica» da Fundação Getúlio Vargas.

(2) Estimativa.



Escale semi-logarítmica
 FONTE: Divisão de Economia Rural - Secretaria de Agricultura

(I) PRELIMINAR
 (II) ESTIMATIVA

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO FEIJÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO

(7% a mais) a próxima superfície plantada, já ultrapassará de forma substancial a meta acima. Todavia, dada à necessidade de amparo porque atravessa à agricultura e também ao fato de que, mesmo que se confirme tal acréscimo, o plantio ainda será inferior, em cêrca de 20%, àqueles dos anos 63/64 e 64/65, aquela eventualidade não deve ser causa de maiores apreensões.

4.2 — CRITÉRIOS

Admitindo um acréscimo de 20%, correspondente à desvalorização prevista para a nossa moeda no período em apreço e fazendo-o incidir sôbre o nível de preço mínimo, sugerido no ano passado ir-se-á encontrar o preço NCr\$ 13,20 por saca de 60 quilos de arroz em casca, grãos médios, tipos "1" e "2". Tal preço, entende-se livre para o produtor. Convém frisar que tal base não deverá atuar como preço estimulante em São Paulo, já que se encontra bastante afastada das cotações de mercado.

5 — FEIJÃO

5.1 — SITUAÇÃO

A passada "safra das águas" pode ser considerada boa em relação à precedente, já que a um aumento de 14% na área, correspondeu a melhoria de 20% nos rendimentos unitários. No entanto, êsse ganho foi inteiramente absorvido e com sobras, pela "safra da sêca", que aumentando a superfície de plantio em 16%, ofereceu uma queda de 47% nos rendimentos. Isso, somado ao fato de que o preço médio a ser recebido pelo produtor, deverá

ser neste ano, em têrmos de moeda corrente, cêrca de 85% inferior ao registrado no ano anterior leva fãcilmente à conclusão de que nenhum progresso foi obtido pela economia do feijão em São Paulo, ùltimamente. Tratando-se de cultura bastante atrasada em nosso estado, os preços mínimos, que aliás podem ser tidos como razoáveis em relação aos custos de produção, exercem muito menor influência nas decisões dos produtores que os preços de mercado quando nas proximidades da época de plantio. Devido entretanto à fundamental importância do produto no abastecimento alimentar, além de muitas outras razões, será da mais alta conveniência que esta exploração receba um amparo efetivo por parte das autoridades responsáveis, mórmente no que se relaciona com a garantia de preços.

5.1 — CRITÉRIOS

À vista do acima exposto, ir-se-á propor o acréscimo de 20%, porém não sôbre as bases sugeridas, mas sôbre aquelas aprovadas no ano anterior pela Comissão de Financiamento da Produção e que representavam, a grosso modo, cêrca de NCr\$ 14,80 livre ao produtor, por saca de 60 quilos. Com êsse procedimento, encontra-se o preço de NCr\$ 17,75, livre ao produtor, por saca de 60 quilos tipo "3", das variedades de côres, que acredita-se, deverá atender os objetivos que vêm de ser expostos.

6 — MILHO

6.1 — SITUAÇÃO

Êste básico cereal, de longe o mais importante como suporte pa-

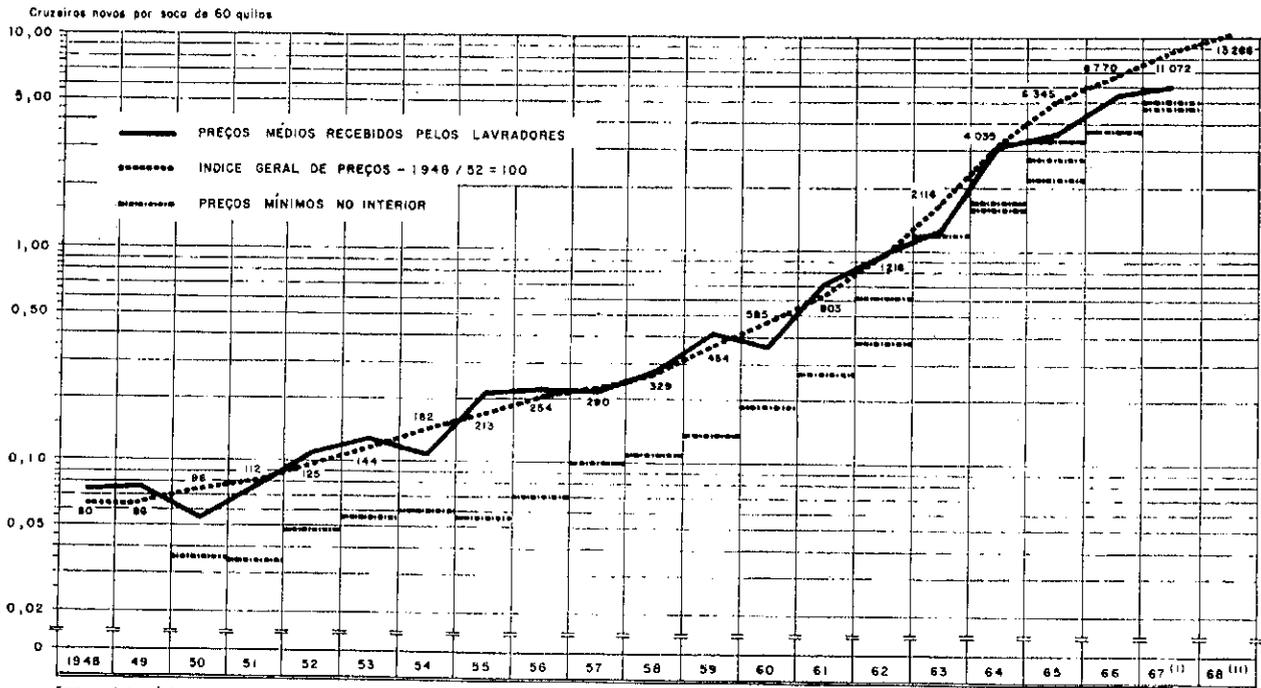
QUADRO 5. — Milho em São Paulo

Médias quinquênios e anos	Área plantada 1000 ha	Produção 1000 sacos de 60 kg	Rendimento agrícola kg/ha	Preços médios recebidos pelos lavradores		Índice geral de preços no Brasil		a/b x 100
				Preços correntes NCr\$ 60 kg	Índices a	(1)	b	
Médias								
1948/52	804	18 047	1 353	0,08	100	100		100
1953/57	1 084	19 665	1 095	0,13	227	217		105
1958/62	1 189	28 100	1 413	0,55	690	678		102
Anos								
1960	1 324	29 000	1 314	0,36	452	585		77
1961	1 186	29 400	1 487	0,72	902	803		112
1962	1 331	36 900	1 663	1,00	1 240	1 218		102
1963	1 673	44 800	1 709	1,28	1 610	2 116		76
1964	1 263	23 600	1 120	3,15	3 937	4 043		97
1965	1 396	41 000	1 762	3,65	4 562	6 344		72
1966	1 367	41 500	1 821	5,55	6 937	8 770		79
1967 (2)	1 476	44 000	1 789	6,00	8 925	11 072		81

FONTE: Divisão de Economia Rural.

(1) Baseado no índice «2» Nacional da «Conjuntura Econômica» da Fundação Getúlio Vargas.

(2) Estimativa.



Escala semi-logarítmica
 FONTE: Divisão de Economia Rural - Secretaria de Agricultura

(I) PRELIMINAR
 (II) ESTIMATIVA

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO MILHO NO ESTADO DE SÃO PAULO

ra o progresso da agricultura e também como assegurador do abastecimento alimentar, apresentou uma safra normal de 1966/67. Isto, não só no que respeita à área plantada e volume de produção como também, em termos relativos, aos preços do produto. No que diz respeito aos rendimentos unitários, foi ela das melhores e somente superada pela que lhe antecedeu. Conjugada com as boas colheitas das outras regiões do país, trouxe como resultado sobras exportáveis. Isto, pode ser considerado favoravelmente, pois embora o milho não deva ser produzido em função da exportação direta e sim sob forma transformada (carne, ovos, leite etc.) há necessidade duma constante abundância de suprimento, como meio para incentivar o aumento do consumo interno sob qualquer de suas múltiplas formas e com isso, aperfeiçoar nossa estrutura agropecuária. Embora muitas vêzes dito, talvez caiba repetir que o milho significa para a nossa agricultura o mesmo que o aço na indústria. Em realidade, precisamos elevar urgentemente seu consumo no país, para 15 milhões de toneladas anuais e isso, só poderá ser conseguido com suprimentos abundantes por vários anos seguidos.

O milho é assim, e eminentemente, um produto de consumo interno e de resto, utilizado em grande proporção nas próprias fazendas produtoras, não havendo razões maiores para que, na política de preços mínimos, seja enfatizado o preço de exportação. Obviamente, deve-se cuidar da exportação dos eventuais excedentes sem que eles entretanto, pas-

sem a condicionar o preço de toda a safra. Ademais, não somos ainda um país aparelhado para exportação dêsse cereal, o que exigiria uma movimentação a granel, desde a fonte produtora até o navio e tal deficiência implica, evidentemente, em enormes despesas de comercialização. Disso resultaria preços líquidos muito aviltados aos produtores, caso o preço de exportação fôsse elegido como preço mínimo de garantia.

6.1 — CRITÉRIOS

Com base no que vem de ser dito e dos objetivos expostos, julga-se que o nível a ser garantido deverá girar em torno de ... NCr\$ 7,20, livre ao produtor, por saca de 60 quilos, da classe mole ou misto. Tal preço resulta do acréscimo de 20% sobre a base proposta no ano passado ... (NCr\$ 6,00) e correspondente à taxa de inflação projetada para os próximos 12 meses.

7 — MANDIOCA E SUBPRODUTOS

7.1 — SITUAÇÃO

A safra de 66/67, embora um pouco inferior à que lhe antecedeu, quer na área plantada, quer no rendimento, pode ser considerada como próxima do normal. Em virtude do importante papel que desempenha a farinha de mandioca no abastecimento alimentar do país e ainda ao fato de ser cultura explorada em grande parte por pequenos produtores, cumpre estender a êsse subproduto, bem como à fécula ou amido, farinha de raspa e tapióca, preços de garantia, que contribuam para obter-se um suprimento ade-

quado de matéria prima. Por óra, não existem condições para assegurar preços mínimos diretamente à raiz de mandioca. De resto, isto é duma importância relativa, já que a mandioca, ao invés doutros produtos afins como a batata, pode, sem grandes diferenças de rendimento econômico, ser mantida na própria terra, i.é., pode ter sua colheita retardada por tempo relativamente apreciável.

7.2 — CRITÉRIOS

O acréscimo de 20% ao preço proposto para a última safra, i.é., a corrente, iria resultar em nível demasiadamente inferior aos atuais preços de mercado, anulando assim qualquer sentido à garantia de preços mínimos, pois quando tal diferença é muito grande êstes são despidos de qualquer efeito positivo. Também não se deve concluir do que foi dito, que os atuais preços de mercado são demasiadamente elevados, já que em realidade, os preços dos dois anos anteriores é que se encontram deprimidos.

Com tais considerações parece razoável admitir-se para o preço mínimo do ano vindouro um nível inferior em 20% ao atual preço porque vem sendo vendido o produto pela COBAL, nos centros de consumo. Isto representaria, a grosso modo, NCr\$ 7,60 livre ao produtor, para o saco de 50 quilos de farinha, tipo "1".

Quanto aos demais subprodutos, seus preços de garantia deverão guardar a mesma relação já mantida em anos anteriores com a farinha de mandioca.

8 — SOJA

Não obstante o espetaculoso

aumento verificado na área plantada nesta última safra, a soja é ainda uma cultura incipiente em São Paulo. Mantidas as condições de momento, deverá ela acusar nôvo e forte aumento, não só porque já atingiu o estágio de cultura difundida como pela boa alternativa que oferece em relação aos produtos de preços pouco atrativos. Acredita-se assim, que as bases que venham a ser aprovadas pela Comissão de Financiamento da Produção, deverão atender os interesses da economia da soja.

9 — MAMONA

Com a condução das atividades da Comissão de Financiamento da Produção sob novos responsáveis, aproveita-se a oportunidade de repetir aqui os argumentos em favor da extensão à mamona, dos benefícios da garantia de preços mínimos.

Em resumo, são os seguintes tais argumentos:

- a) Pelas suas facilidades de armazenagem e classificação a mamona é produto que se presta muito bem à garantia de preços.
- b) O óleo apresenta inumeráveis usos industriais, inclusive para fins bélicos e suas aplicações crescem dia a dia, à medida que se desenvolvem as pesquisas tecnológicas.
- c) É cultura eminentemente comercial, representando fonte de dinheiro para os produtores, em grande maioria humildes agricultores, que nela encontram um indispensável refêrço de renda.
- d) O mercado mundial, embora

relativamente pequeno em volume é de área muito ampla i.é., há inúmeros países que são importadores efetivos ou em potencial.

- e) O Brasil disputa com a Índia a posição de maior produtor e exportador mundial, cabendo esforçar-se para não perder tal posição.
- f) Interessa à economia de grande número de estados.
- g) É cultura relativamente fácil.
- h) O mercado interno também

apresenta promissoras possibilidades de expansão, devendo entretanto contar com suprimentos regulares e abundantes para um mais rápido desenvolvimento.

Renova-se dessa forma, a solicitação que há longos anos vem sendo feita em favor do amparo a êsse produto, onde o preço mínimo de garantia pode representar papel de fundamental importância na consolidação e progresso dessa cultura.